

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf LIZANDRO FARENCENA CAPELETO

**A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
NO HAITI COMO INSTRUMENTO
DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf LIZANDRO FARENCENA **CAPELETO**

A atuação do Exército Brasileiro no Haiti como instrumento da Política Externa Brasileira.

Monografia apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Cel Inf R1 Francisco José da **Luz Neto**

Rio de Janeiro
2018

C238a Capeleto, Lizandro Farencena

A atuação do exército brasileiro no Haiti como instrumento da política externa brasileira. / Lizandra Farencena Capeleto. — 2018. 92 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Cel Inf R1 Francisco José da **Luz Neto**.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 87-92.

1. HAITI 2. BRASIL 3. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
4. EXÉRCITO BRASILEIRO. I. Título.

CDD 355.4

A atuação do Exército Brasileiro no Haiti como instrumento da Política Externa Brasileira.

Monografia apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Francisco José da Luz Neto - Cel Inf R1 – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rodrigo Kluge Villani – TC - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcos Luiz da Silva Del Duca – TC - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ciente

LIZANDRO FARENCENA CAPELETO – Maj - Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A todos os companheiros de farda que perderam suas vidas durante a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Nossa eterna gratidão a aqueles que dedicaram à vida em prol da nobre missão de servir. **TOUT POU LAPÈ!**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por me permitir estar pleno em saúde para poder realizar este trabalho.

Aos meus pais, pela luta constante para proporcionar a mim e meu irmão, educação de qualidade, apoiando-nos em todas as etapas e decisões de nossas vidas.

A minha esposa e filhos, pela compreensão e pelo apoio incondicional em todas as etapas deste árduo caminho.

Ao meu orientador, Cel Inf R1 Francisco José da **Luz Neto**, pela cordialidade, serenidade e disponibilidade apresentada durante a execução do presente trabalho.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho pudesse ser realizado.

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente trabalho realiza o estudo de caso da missão brasileira dentro do escopo da MINUSTAH, verificando a relação entre a política externa brasileira e a forma de atuação do Exército Brasileiro. A pesquisa partiu da atuação do governo brasileiro para justificar a decisão de intervir no Haiti, relacionando os interesses da política externa do Brasil em integrar as Operações de Paz das Nações Unidas. Tal decisão buscou amparo nas premissas do Direito Nacional e Internacional, causando debates dentro do parlamento brasileiro. Vencida esta etapa, o trabalho concentrou esforços nos 13 anos de emprego do Exército Brasileiro no Haiti, fatiando as ações em três fases distintas, com ênfase no trabalho realizado e nos reflexos para a projeção de poder do país perante a ONU. Por fim, discutiram-se os pontos fortes e as oportunidades de melhorias da missão para os atores envolvidos. Tudo isso, visando identificar os aspectos positivos e negativos da atuação do Exército Brasileiro como instrumento da política externa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE – Haiti; Brasil; Política Externa Brasileira; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

The present work carries out the case study of the Brazilian mission within the scope of MINUSTAH, verifying the relationship between the Brazilian foreign policy and the Brazilian Army's way of acting. The research was based on the actions of the Brazilian government to justify the decision to intervene in Haiti, relating the interests of Brazil's foreign policy to integrate the United Nations Peace Operations. This decision sought support in the premises of National and International Law, causing debates within the Brazilian parliament. After this stage, the work concentrated the 13 years of employment of the Brazilian Army in Haiti, slicing the actions in three distinct phases, with emphasis on the work done and the reflexes for the projection of power of the country before the UN. Finally, the strengths and opportunities for mission improvement for the actors involved were discussed. All this, aiming to identify the positive and negative aspects of the Brazilian Army's role as an instrument of Brazilian foreign policy.

KEY WORDS - Haiti; Brazil; Brazilian foreign policy; Brazilian army.

RESUMÉN

El presente trabajo realiza el estudio de caso de la misión brasileña dentro del alcance de la MINUSTAH, verificando la relación entre la política exterior brasileña y la forma de actuación del Ejército Brasileño. La investigación partió de la actuación del gobierno brasileño para justificar la decisión de intervenir en Haití, relacionando los intereses de la política exterior de Brasil en integrar las Operaciones de Paz de las Naciones Unidas. Tal decisión buscó amparo en las premisas del Derecho Nacional e Internacional, causando debates dentro del parlamento brasileño. El trabajo concentró esfuerzos en los 13 años de empleo del Ejército Brasileño en Haití, reajustando las acciones en tres fases distintas, con énfasis en el trabajo realizado y en los reflejos para la proyección de poder del país ante la ONU. Por fin, se discutieron los puntos fuertes y las oportunidades de mejoras de la misión para los actores involucrados. Todo ello, buscando identificar los aspectos positivos y negativos de la actuación del Ejército Brasileño como instrumento de la política exterior brasileña.

PALABRAS CLAVE - Haití; Brasil; Política exterior brasileña; Ejército brasileño.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS EM TIMOR LESTE	UNTAET
AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO	ABC
ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS	ALCA
ÁREA DE RESPONSABILIDADE	AOR
BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ	BRABAT
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA	CMG
CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL	CCOPAB
CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES DE PAZ	CIOPaz
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL	CPDOC
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES	COTER
COMPANHIAS MULTINACIONAIS	CMNs
COMPANHIAS TRANSNACIONAIS	CTNs
COMUNIDADE DO CARIBE	CARICOM
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS	CSNU
CORONEL DE INFANTARIA	Cel Inf
CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA	ASA
DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO	DDR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA	DPE
DEPUTY SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY GENERAL	DSRSG
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	ECEME
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	EUA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	END
EXÉRCITO BRASILEIRO	EB
FORÇA AÉREA BRASILEIRA	FAB
FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS	UNEF
FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO	UNIFIL
FORÇA TERRESTRE	FT
FORÇAS TRANSNACIONAIS	FTs
FORO DE DIÁLOGO BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL	BRICS
FORO DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL	IBAS
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL	FMI
FUZILEIRO NAVAL	FN
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	GLO
GENERAL DE DIVISÃO	Gen Div
GOVERNO INTERINO DO HAITI	GIH
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	IDH
INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA	IBOPE
<i>INTERNALLY DISPLACED PERSONS</i>	IDP

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL	LBDN
MARINHA DO BRASIL	MB
MERCADO COMUM DO SUL	MERCOSUL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO	MPOG
MINISTÉRIO DA DEFESA	MD
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MRE
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE APOIO A TIMOR-LESTE	UNMISSET
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DO HAITI	MINUSTAH
MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM EL SALVADOR	ONUSAL
MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA	UNAVEM
NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR	TPN
OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE	ONUMOZ
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	ONU
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	OEA
ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA	OTCA
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS	OIG
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	OMC
ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	ONG
ORGANIZAÇÃO PARA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA	OLP
PARTIDO DOS TRABALHADORES	PT
POLÍCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	UNPOL
POLÍCIA NACIONAL DO HAITI	PNH
POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	PND
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	PEB
QUICK IMPACT PROJECT	QIP
SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS	SPEAI
UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS	URSS
UNIÃO EUROPEIA	UE
ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL	ZOPACAS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	GENERALIDADES	13
1.2	QUESTÕES DE ESTUDO	14
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	Objetivo Geral	14
1.3.2	Objetivos Específicos	14
1.4	HIPÓTESE	15
1.5	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA	16
2.1	ARCABOUÇO ANALÍTICO	16
2.2	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.2.1	Teoria das Relações Internacionais	17
2.2.1.1	Escola Idealista ou Liberalista (<i>Kantiana</i>)	17
2.2.1.2	Escola Realista (<i>Hobbesiana</i>)	18
2.2.1.3	Escola Inglesa (<i>Grociana</i>)	19
2.2.2	Sistema Internacional e o Equilíbrio de Poder	19
2.2.3	Novos Atores	20
2.3	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	21
2.3.1	O Entorno Estratégico Brasileiro	27
2.4	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	28
2.5	METODOLOGIA	29
3	CONFLUÊNCIA DA MISSÃO	32

3.1	A ONU E O BRASIL-----	32
3.2	A CRISE HAITIANA-----	37
3.3	O BRASIL E O HAITI-----	40
4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O PROCESSO DE DECISÃO DE ENVIO DE TROPAS AO HAITI-----	44
4.1	PREMISSAS PARA A DECISÃO-----	44
4.2	CONTROVÉRSIAS-----	50
5	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O EXÉRCITO BRASILEIRO DURANTE A MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O HAITI (MINUSTAH)-----	56
5.1	FASE DA IMPOSIÇÃO DA PAZ (2004-2006)-----	56
5.2	FASE DE MANUTENÇÃO DA PAZ (2006-2010)-----	60
5.3	FASE DA AJUDA HUMANITÁRIA PÓS-TERREMOTO E MANUTENÇÃO DO AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL (2010-2017)----	64
6	PONTOS FORTES E OS POSSÍVEIS ÓBICES DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA-----	71
6.1	PONTOS FORTES-----	71
6.2	POSSÍVEIS ÓBICES-----	78
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	83
8	REFERÊNCIAS -----	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 GENERALIDADES

O Brasil, empregando de forma expressiva o Exército Brasileiro (EB), tem tido uma presença significativa na manutenção da paz dos organismos internacionais, estando presente em mais de 50 operações de paz e missões políticas especiais das Organizações das Nações Unidas (ONU), chegando a enviar mais de 45.000 militares e policiais ao exterior (Aguilar, 2015).

Nesse contexto, entre 2004 e 2017, O EB foi empregado no Haiti como integrante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Além de colaborar com um significativo efetivo militar, compondo um contingente militar, também coube ao Brasil o comando do componente militar da MINUSTAH.

Como breve orientação espacial, o Haiti é um país situado no lado ocidental da chamada Ilha Espanhol. Na porção oriental da ilha está localizada a República Dominicana. Cuba é o país/ilha vizinho a Noroeste e Porto Rico é o país/ilha posicionado a Leste. O Haiti está, estrategicamente, localizado na região central do Mar do Caribe.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano¹, divulgado em 2015, o Haiti é o 163º/188º país com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² mais baixo, sendo o pior indicador da América Latina e Caribe (PNUD, 2015).

Após antecedentes graves na estrutura política, econômica, militar e psicossocial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) decidiu intervir no Haiti, através da Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, inaugurando as atividades da MINUSTAH. Tal documento é o elo inicial entre a ONU e o Brasil no Haiti. Dentro do Brasil, a Resolução 1542 do CSNU alinhou de forma, entre outros, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Defesa (MD), visando a maior projeção possível da Política Externa Brasileira (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 20)

A projeção da Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula buscava, entre outras coisas, colocar-se no cenário internacional como importante

¹ Informação disponível em <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em 17 de março de 2018.

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Informação disponível em <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 17 de março de 2018.

liderança além América do Sul, melhorando a atuação na expressão militar do país, visando a uma reformulação do Conselho de Segurança e, por consequência, uma cadeira como Membro Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Mendonça, 2017).

Diante disso, torna-se imperativo afirmar que o emprego da Força Armada de um país nas questões relacionadas à Política Externa faz parte do “jogo de influência” que cada nação propõe à comunidade internacional. Entretanto, a intenção deste trabalho será elucidar se um integrante dessa Força Armada, sendo balizado neste caso pelo Exército Brasileiro, está sendo empregado de forma adequada dentro das atividades previstas pela Política Externa Brasileira e dentro dos preceitos do Ministério da Defesa.

1.2 QUESTÕES DE ESTUDO

Após o cenário elencado acima, verifica-se que o Ministério da Defesa, por meio da Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira (FAB), e o Ministério das Relações Exteriores trabalharam de forma sincronizada. Assim, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Em que medida o emprego do Exército Brasileiro no Haiti ocorreu à luz dos parâmetros da Política Externa Brasileira?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação do Exército Brasileiro como instrumento da Política Externa Brasileira.

1.3.2 Objetivos Específicos:

Com o intuito de viabilizar a discussão do objetivo geral deste trabalho, foram elaborados alguns objetivos específicos a serem atingidos:

a) descrever a Política Externa Brasileira para assuntos ligados à missão de paz da ONU, durante o processo de decisão de envio de tropas ao Haiti;

b) identificar em quais aspectos/questões da Política Externa Brasileira o EB foi inserido durante a Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH); e

c) identificar os pontos fortes e os possíveis óbices da atuação do EB como instrumento da Política Externa Brasileira.

1.4 HIPÓTESE

Após as argumentações realizadas nas seções anteriores, esta pesquisa se depara com a proposição da hipótese. Para tanto, vislumbra-se a seguinte hipótese de pesquisa:

- O Exército Brasileiro foi empregado no Haiti com o objetivo de ampliar a atuação militar do país na América Latina, dentro do escopo da Política Externa Brasileira, visando a obter mais protagonismo nas missões da ONU, com o intuito de buscar apoio internacional para a reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, com isso, uma futura indicação para ser membro permanente desse Conselho.

1.5 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Resumidamente, esta seção pretende narrar os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho. Assim sendo, a proposta desta pesquisa está baseada nos seguintes aspectos:

No que concerne à relevância internacional, a participação do Brasil na MINUSTAH proporcionou grande visibilidade política ao país dentro da perspectiva da Política Externa Brasileira, possibilitando aumentar ou, pelo menos, validar a almejada liderança brasileira junto à América do Sul, impulsionada pelo comando da missão sob a égide da ONU, pois coordenaria a resposta dos países sul-americanos a uma crise em região vizinha (Diniz, 2005).

Nesse sentido, a aplicabilidade de tropas em missões de paz se justifica para projetar poder, ampliar a capacidade de influência do país no cenário internacional. Tais missões de paz, por estarem norteadas com os princípios internacionais que

balizam os conceitos da ONU, amparam-se em valores sólidos: justiça, equidade e não-indiferença a situações extremas negativas (Rocha, 2009)³.

Entretanto, a pesquisa em questão questiona como o Brasil, através de sua Política Externa, empregou o EB no Haiti, durante a MINUSTAH (2004 – 2017), elencando os pontos fortes e possíveis óbices para o país e para o EB.

Em suma, o estudo é importante para identificar se o EB está sendo bem ou mal empregado dentro da Política Externa Brasileira, proporcionando um diagnóstico para futuras missões de paz sob a égide das Organizações das Nações Unidas (ONU).

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

2.1 ARCABOUÇO ANALÍTICO

Esta seção promove um debate sobre importantes conceitos relacionados ao tema proposto, com uma lente focada nas Relações internacionais, ponto de partida deste trabalho. Tal abordagem se torna fundamental para realizarmos um recorte proposital do assunto, visando a melhor explorar o método acadêmico. Em vista disso, esse assunto será debatido sob várias perspectivas, com o intuito de evidenciar diferentes percepções e possibilitar a execução da pesquisa propriamente dita.

2.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Tratado de Vestfália, assinado em 1648, é frequentemente apontado como o ponto de partida da diplomacia moderna, pois marcou o princípio clássico de Estado Nação, reconhecendo a soberania e autonomia de cada um dos Estados envolvidos em uma negociação internacional (PECEQUILO, 2012, p 41).

Entretanto, as Relações Internacionais surgem como um domínio teórico da Ciência Política no pós 1ª Guerra Mundial nos EUA e na Inglaterra, demonstrando o interesse desses países no entendimento das causas da guerra e em sua prevenção (ELÍBIO JUNIOR; MATOS, 2006).

³ Informação disponível em <www.journals.openedition.org/eces/359>. Acesso em 17 de Março 2018.

Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o estudo das relações internacionais estivera a cargo de diplomatas, historiadores e juristas. Posteriormente, desenvolver-se-iam estudos focados na ação estratégica dos Estados, no intuito de conservarem e ampliarem seu poder, tendo como elemento empírico de análise a ação diplomática e bélica. Esses fatores ganham relevância devido ao contexto histórico vivido durante a Guerra Fria. Os teóricos mais eminentes no período são os norte-americanos (WALTZ, 2002).

Segundo Waltz (2002) o estudo sistemático das Relações Internacionais desenvolveu-se tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. As Relações Internacionais foram tratadas pelas elites dos dois países como conteúdo indispensável à compreensão do mundo em mudança e, desse modo, à manutenção do poder que detinham.

2.2.1 Teorias das Relações Internacionais

2.2.1.1 Escola Idealista ou Liberalista (Kantiana)

A escola idealista vai ao encontro do pensamento iluminista, enfatizando a comunidade de normas, regras e ideias, ou seja, a cooperação seria a pedra fundamental que sustenta o sistema de Estados. Sua origem está no entendimento que o direito natural deve ser aplicado ao sistema internacional, resultando na definição da justiça como alicerce das relações entre os Estados. De certa maneira, os ecos de Jean Jacques Rousseau (1712-78), em sua obra “O contrato social” embasou o pensamento da figura do bom selvagem. Essa teoria, que se desenvolveu e se reforçou no mundo anglo-saxão como um contraponto moral aos horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), norteou os rumos da escola idealista (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015).

A escola idealista assenta-se sobre a ideia iluminista ancestral da possibilidade de uma sociedade perfeita. Essa vertente moral traduz o caráter visionário dos autores, que direcionam sua teoria em adaptar o sistema internacional às exigências do direito e da justiça. Em “A paz perpétua”, Immanuel Kant (um dos mais importantes autores dessa corrente) discorre sobre a relevância da lei e da universalização de princípios, visando à prevalência da pacificação da sociedade (PECEQUILO, 2012, p.137).

Segundo Pecequilo (2012), os "Quatorze Pontos", do presidente americano Woodrow Wilson, foram os pressupostos mais utópica do liberalismo, com uma proposta de paz sem vencidos ou vencedores ao final da Primeira Guerra Mundial. Tornaram-se os princípios fundadores da Liga das Nações, de 1920, sendo a referência idealista na diplomacia do século XX.

Até certo ponto a "política do apaziguamento" de Chamberlain e Deladier – que multiplicou as concessões na vã esperança de acalmar o belicismo de Hitler – foi tributária dessa corrente de ideias (SILVEIRA, 1995).

2.2.1.2 Escola Realista (Hobbesiana)

Em 1939, Edward Carr criticou os postulados de Wilson e cientistas em seu livro "Vinte anos de Crise", denominando-os como Idealistas, por pensarem o mundo na forma abstrata ao invés de pensarem o mundo elementos concretos, desvinculado de princípios morais. (PECEQUILO, 2012)

Ainda, segundo Pecequilo (2012) as ideias propostas pelo Realismo de Edward Carr, escrito às vésperas da 2ª Guerra Mundial, são consolidadas no pós-guerra, com a publicação do livro "Política entre as Nações", de Hans Morgenthau, em 1948.

Ainda nesse contexto, conforme Jubran; Leães e Valdez (2015), o Realismo se contrapõe à ideologia do ser humano como o bom selvagem, enfatizando o potencial belicoso da espécie humana. As bases desse estilo encontram-se essencialmente em Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679).

Maquiavel, em "O Príncipe", assinalou que para resguardar os interesses do Estado, a política não pode se subjugar aos valores morais, conferindo legitimidade aos interesses do soberano. Em seu pensamento, os fins condicionam os meios. No mesmo sentido, o inglês Hobbes, como o italiano Maquiavel, nutria profundo pessimismo em relação à natureza humana. Ele realça a ideia que o homem é um ser mau por natureza, que sempre viverá para garantir sua sobrevivência e defender seus interesses. Com isso, no conflito do homem contra o homem, a morte será um componente ameaçador. Assim, através do medo da morte, surge o dever de todos abrirem mão de seus direitos em proveito de um Estado, "Leviatã", que garanta paz, segurança e prosperidade (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015).

Segundo Wight (2002), no livro "Leviatã", Hobbes defendia a tese do homem que, por viver num estado de natureza onde todos estariam preocupados com os seus próprios interesses, seria necessária a existência de um governante forte para apaziguar os conflitos humanos. A guerra de todos contra todos só seria evitada através do "medo hobbesiano", ou seja nenhuma potência pode conferir a outra qualquer parte de sua segurança e de sua liberdade.

No plano acadêmico, a escola realista desenvolveu-se como reação aos melancólicos e trágicos fracassos da "política do apaziguamento" conduzida na Europa do entre guerras (SILVEIRA, 1995).

2.2.1.3 Escola Inglesa (Grociana)

A Escola Grociana está embasada no pressuposto estudado por Hugo Grotius, em sua obra "Do Direito da Guerra e da Paz" (1625), que salientava a necessidade do estabelecimento de regras para os Estados europeus, estando em paz ou em guerra, considerando a anarquia como meio de organização mundial (ELÍBIO JUNIOR; MATOS, 2006).

Segundo Hertz (1997), diferentemente à incorporação da visão hobbesiana do estado de natureza pela literatura realista norte-americana, os autores da escola inglesa (Manning, 1975; Bull, 1977) provocam uma discussão em torno do conceito de sociedade internacional, permitindo a compreensão da formação de regras internacionais tácitas ou explícitas, levando para o campo das relações internacionais a discussão sociológico sobre a origem das normas sociais. Assim, alguns autores realçam a construção de uma "cultura internacional", enquanto outros preferem perceber a existência de preferências comuns das partes atomizadas.

A Escola Inglesa, como demonstrada, não nega a variedade de centros de poder nem a anarquia internacional. Ratifica-se então, que tal anarquia deve basear-se na cooperação, na interdependência dos Estados e também no compartilhamento de valores culturais e morais comuns. (ELÍBIO JUNIOR; MATOS, 2006).

2.2.2 Sistema Internacional e o Equilíbrio de Poder

O sistema internacional é constituído de Estados soberanos, integrados pelas relações de independência. Nesse ambiente anárquico, cada uma das unidades

políticas componentes ambiciona sua segurança particular, acumulando meios e recursos de poder. A resultante disso é o aumento da sensação de insegurança dos demais Estados, que por sua vez, ampliam seu próprio poder como forma de reação (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015). Entretanto, essa anarquia promove um razoável grau de estabilidade provisória para o próprio sistema internacional. Tal estabilidade é assegurada pelo equilíbrio de poder entre as principais potências globais (BULL, 2002)

A discussão em torno das Relações Internacionais está fortemente ligada à situação, com o avanço e o retrocesso das escolas retratando a política entre as grandes potências. Dessa maneira, os anos 80 foram de supremacia do pensamento realista, em decorrência da Segunda Guerra Fria. Entretanto, com a decadência da União Soviética, viu-se um retrocesso do realismo, acompanhado de um progresso do pensamento liberal. Isso ocorre, pelo triunfo do bloco ocidental em buscar as ideias liberais como um entendimento da superioridade do capitalismo e da democracia, que nunca mais seriam seriamente indagados (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 17).

Com o fim da Guerra Fria, podemos enfatizar que a multiplicidade da agenda internacional nos coloca diante de indagações sobre os níveis de hierarquia na atual ordem internacional. O aparecimento de outros atores capazes de colocar em dúvida a soberania estatal, como os problemas sistêmicos relacionados a temas como blocos econômicos regionais, empresas multinacionais, meio ambiente, fontes energéticas, crise econômica global, ONGs, terrorismo, crime organizado, alimento e água, desarmamento nuclear, entre outros, todos eles exaurindo a estrutura estatal e fugindo do controle dos governos, nos levam a incertezas quanto à prospecção das relações internacionais no futuro (ELÍBIO JUNIOR; MATOS, 2006).

2.2.3 Novos Atores

No pós-Guerra-Fria, o sistema internacional se reestruturou dentro do processo de globalização. As ideologias e alinhamentos políticos-militares, além das inovações tecnológicas e inserções econômicas, transformaram o mundo atual com novos desafios. Somando-se a isso, a explosão das telecomunicações e a evolução da tecnologia da informação fez brotar novos interlocutores nas Relações internacionais (SOUZA, 2009, p. 3).

Segundo Pecequilo (2012), dentro do sistema internacional ao qual se processam as Relações Internacionais, podemos registrar dois tipos de atores, onde as atitudes e diálogos nortearão o perfil e as variações dos ambientes afetados: são eles os atores estatais e os não estatais. Estatais estão direcionados aos Estados, enquanto que os não estatais são divididos em Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG) e as Forças Transnacionais (FTs). Ainda nesse contexto, as FTs se subdividem em Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Multinacionais (também definidas como Companhias Multinacionais ou Transnacionais, CMNs ou CTNs) os grupos diversos da sociedade civil e a opinião pública internacional.

Na atualidade, pode-se indicar a existência de apenas uma superpotência de presença e influência efetivamente global. Os Estados Unidos alcançaram a hegemonia no sistema internacional e tornaram-se os protagonistas principais (PECEQUILO, 2012, p. 60).

Entretanto, segundo Messari (2004), alguns atores não estatais se mostram tão perturbadores que nem os Estados Unidos da América, maior potência mundial, consegue ser eficiente. Após o fim da bipolaridade, esses atores saíram de coadjuvantes da guerra ideológica para serem protagonistas no desequilíbrio mundial. A ação de grupos terroristas, do crime organizado e do narcotráfico se tornaram ameaças reais à estabilidade mundial, afrontando diversos países.

Segundo Pecequilo (2012), um grupo de países com emergência regional está se sobressaindo. Brasil, México, Índia e Nigéria representam um importante centro de área de influência, sendo definidos como países pivôs que possuem condições de desenvolvimento. Tal percepção os torna atores com maior poder no cenário internacional. Por isso, esse grupo, juntamente com China e Rússia, têm se movimentado com o intuito de reorganizar as relações de poder presentes nos grandes organismos internacionais como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e a ONU.

2.3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Segundo Vidigal e Doratioto (2014, p. 3), o engenheiro, político e historiador João Pandiá Calógenas (1870-1934), ministro da Guerra do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), escreveu *A Política Exterior do Império*, em três volumes,

publicados entre 1927 e 1933, sendo a primeira obra a tratar da política exterior brasileira em um recorte temporal mais amplo. Tal obra discorre sobre assuntos históricos e diplomáticos luso-brasileiros, o Primeiro Reinado e o período da Regência (1822-1831)⁴ até a Queda de Rosas (1852)⁵.

Para Almeida (2012, p. 33-34), Pandiá Calógenas foi o “Clausewitz”⁶ das relações internacionais do país, pois produziu novos métodos e abordagens para a formação de um nascente universo historiográfico.

Cervo et al. (1994) definiu a historiografia das relações internacionais brasileiras da seguinte forma:

As relações internacionais do Brasil foram intensas através da história. Em termos comparativos, trata-se de um dos países mais articulados com o exterior, nos últimos dois séculos. O testamento político de José Bonifácio, ao dar a conhecer ao mundo, pelo Manifesto às Nações Amigas de 6 de agosto de 1822, o tipo de relações que se pretendia estabelecer, definiu o mais elementar e duradouro princípio de conduta: o liberalismo, entendido como uma abertura espontânea e indefesa à penetração de insumos externos, humanos, financeiros, científicos, técnicos e empresariais e como intercâmbio de produtos.

Entre a Independência e a definição de Estado Nacional (1822 – 1845) “o Brasil fez concessões comerciais e políticas para obter o reconhecimento das potências da época, restringindo sua margem de manobra externa” (VIDIGAL E DORATIOTO, 2014, p. 7).

Já entre 1845 até o final do Estado Monárquico em 1889, o país procurou mais independência e hegemonia periférica, rompendo as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha na questão Christie⁷, além de manter relações tensas com os EUA durante a Guerra do Paraguai⁸, visando a angariar o respeito das grandes potências

⁴ O **Primeiro Reinado** foi a fase inicial do período monárquico do Brasil após a independência. Esse período se inicia com a declaração da independência por Dom Pedro I e se finda em 1831, com a abdicação do imperador. Informação disponível em <www.infoescola.com/historia/primeiro-reinado>. Acesso em 9 de maio 2018.

⁵ A **Guerra do Prata** (1851-1852), ou **Guerra contra Oribe e Rosas**, foi uma disputa ocorrida no século XIX entre o Império Brasileiro, Confederação da Argentina e a República Oriental do Uruguai pela hegemonia na região do Rio do Prata. Informação disponível em <www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/guerra-do-prata>. Acesso em 9 de maio 2018.

⁶ **Carl Von Clausewitz (1790 – 1831)** foi um militar prussiano especialista em estratégias de batalhas e autor do mais famoso tratado sobre o tema da guerra no Ocidente: “Da Guerra”, ou “Sobre a Guerra” (do alemão *Vom Kriege*), publicado em 1832. Informação disponível em <guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xvi-xix/o-conceito-guerra-clausewitz>. Acesso em 11 de maio 2018.

⁷ A **Questão Christie** foi um impasse diplomático ocorrido entre o Império do Brasil e o Reino Unido entre os anos de 1862 e 1865. Informação disponível em <www.infoescola.com/historia-do-brasil/questao-christie>. Acesso em 9 de maio 2018.

⁸ A Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 e 1870. Nesta guerra o Paraguai lutou conta a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Informação disponível em <www.historiadobrasil.net/guerraparaguai>. Acesso em 9 de maio 2018.

mundiais. No plano regional, procurou definir limites na geopolítica do Rio do Prata, intervindo no Uruguai (1851) e na Argentina (1852) e, ainda, configurando alianças com esses dois países contra o Paraguai. (GARCIA, 2005, p. 68-81).

Segundo Cervo et al. (1994, p. 26), o Brasil fundamentou sua política externa no princípio da autodeterminação e da não-intervenção, procurando soluções pacíficas e condenando o uso da força, firmando essa tradição pacifista a partir de 1876, quando retirou as tropas do Paraguai.

Quando da Proclamação da República em 1889 e início do período denominado República Velha (1889 - 1930)⁹, ocorreu uma mudança radical na Política Externa Brasileira. Empregou-se a postura de um americanismo ingênuo, de hipotética fraternidade entre as repúblicas, levando o Brasil a aceitar dividir com a Argentina o território litigioso de Palmas¹⁰. No entanto, ao sair dessa política externa voluntarista, o país conseguiu se projetar internacionalmente, com destaque para a América do Sul, graças às habilidades diplomáticas do barão do Rio Branco¹¹ à frente do Itamaraty. Com a participação na I Guerra Mundial, nas negociações de paz no Tratado de Versalhes e na fundação da Liga das Nações, o Brasil continuou sua expansão de poder dentro das relações internacionais. (VIDIGAL E DORATIOTO, 2014, p. 37).

Entrando na Era Vargas (1930 – 1945), quando se inicia, aproximadamente, com o marco histórico denominado “A quebra da bolsa de Nova Iorque – 1929”¹², o novo governo regula a política externa para a promoção comercial, visando o

⁹ A **República Velha**, ou **Primeira República**, é o nome dado ao período compreendido entre a Proclamação da República, em **1889**, e a eclosão da Revolução de **1930**. Informação disponível em <www.brasilecola.uol.com.br/historiab/republica-velha-1889-1930>. Acesso em 9 de maio 2018.

¹⁰ A “Questão de Palmas” surge em 1881, quando o governo argentino converteu em território nacional a província de “las Misiones”, dividiu a região em cinco departamentos e estendeu seu domínio para leste, alcançando as terras margeadas pelos atuais rios Iguaçu (ou Rio Grande de Curitiba), Chapecó e Peperi Guaçu (ou Pequiri), estes últimos só demarcados pelos espanhóis em 1788 e 1791, com os nomes de Peperi-Guazu e San Antonio Guazu. Informação disponível em <www.academiapr.org.br/artigos/o-acordo-de-palmas-foi-um-logro-diplomatico>. Acesso em 9 de maio 2018.

¹¹ Com a proclamação da República, José Maria da Silva Paranhos Júnior assume a superintendência-geral do Serviço de Emigração para o Brasil. Entre 1893 e 1900 é designado para resolver as disputas pelos territórios de Sete Povos das Missões – entre Brasil e Uruguai – e do Amapá. Assegura o domínio brasileiro nessas áreas e recebe o título de barão do Rio Branco em 1888. Em 1902 é indicado para chefiar o Ministério das Relações Exteriores. Resolve a favor do país o conflito com a Bolívia pela posse do Acre e atua em outras questões fronteiriças com Venezuela e Colômbia. Informação disponível em <www.sohistoria.com.br/biografias/barao>. Acesso em 9 de maio 2018.

¹² Grande crise econômica que persistiu até a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado como o pior e mais longo período de recessão econômico que o século XX já passou. Informação disponível em <www.estudopratico.com.br/crise-de-1929-resumo-das-causas/>. Acesso em 9 de maio 2018.

desenvolvimento econômico. Com a II Guerra Mundial (1939 – 1945), o Brasil se aproximou dos EUA, resultando na instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda. (GARCIA, 2005, p. 141-161).

Entre 1945 e 1955, o Brasil continuou com a política externa voltada para os EUA, buscando um liberalismo econômico, além de concretizar uma política de cooperação na área atômica, com a assinatura de relevantes acordos para uso civil da energia atômica. (VIDIGAL E DORATIOTO, 2014, p. 58 e 75).

Após 1955, as relações internacionais do país, agora governado por Juscelino Kubitschek (1955 – 1961), foram direcionadas para a Operação Pan-Americana¹³, representando a priorização da Política Externa Brasileira à região latino-americana. Entretanto, o financiador da Operação Pan-Americana foi os EUA, dentro dos programas de aliança do presidente Kennedy, visando o combate à pobreza na América Latina. Na verdade, tais programas visavam a desarticular o comunismo na região, reagindo a influência da Revolução Cubana¹⁴ em curso. (GARCIA, 2005, p. 179-180).

Seguindo na evolução das relações internacionais brasileiras, no início da década de 1960, a política externa do país foi direcionada para uma autonomia nas relações, através do lançamento da Política Externa Independente (PEI) por Jânio Quadros, que buscava um universalismo maior do Brasil perante os outros países, tentando uma saída para as interferências da Guerra Fria. (VIZENTINI, 2008, p. 23-25).

No período dos Governos Militares (1964 – 1985), ocorreu uma aproximação inaugural com os EUA e o Fundo Monetário Internacional (FMI), empregando princípios econômicos liberais, com o intuito de expandir programas desenvolvimentistas no país. Após a retomada econômica, os militares retornaram à linha da autonomia e universalismo da política exterior, além de procurar estruturar

¹³ Programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, submetido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek à apreciação do governo dos Estados Unidos em 1958. Informação disponível em <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>. Acesso em 9 de maio 2018.

¹⁴ A Revolução Cubana foi um processo revolucionário responsável pela derrubada do governo ditatorial imposto por **Fulgêncio Batista** que resultou na tomada de poder da guerrilha liderada por Fidel Castro no ano de 1959. Apesar de, a princípio, não se basear em uma ideologia socialista, o movimento cubano acabou se alinhando ao **comunismo soviético**. Informação disponível em <www.historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/revolucao-cubana>. Acesso em 9 de maio 2018.

uma projeção geopolítica sul americana. (VIDIGAL E DORATIOTO, 2014, p. 76 a 78).

Com o advento da Nova República¹⁵, a partir de 1985, o presidente José Sarney procurou manter o foco no fortalecimento dos países sul-americanos, principalmente com a Argentina. Após várias negociações e aproximações nos anos seguintes, o embrião do MERCOSUL¹⁶ e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)¹⁷ estava sedimentado. A Política Externa Brasileira de Sarney também expandiu as relações para o entorno da América do Sul, costurando com a ONU a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁸ e aproximando os países lusófonos¹⁹, sinalizando um movimento para o Continente Africano (VIDIGAL E DORATIOTO, 2014, p. 105 a 107).

A partir dos anos 1990, O presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) conduziu a Política Externa Brasileira nos princípios do multilateralismo e da nova ordem internacional, procurando o equilíbrio financeiro do país para a inserção do Brasil no mundo globalizado. Fernando Henrique alavancou a economia brasileira com o Plano Real (VIZENTINI, 2008, p. 92-97).

¹⁵ O Brasil ingressou em um processo de redemocratização a partir das eleições ocorridas em 1985, quando o poder militar se extinguiu e Tancredo Neves foi eleito ao cargo de Presidente da República. [...] Um dia antes da posse, 13 de março, Tancredo se encontrava com a saúde bastante debilitada e foi internado, sua saúde não obteve melhoras e seu quadro piorou. Tancredo foi transferido para um hospital em São Paulo, mas de nada adiantou, faleceu no dia 21 de abril, sem mesmo ter tomado posse. O vice José Sarney tomou posse e deu início a chamada “Nova República”. Informação disponível em <www.historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/nova-republica>. Acesso em 10 de maio 2018.

¹⁶ **O Mercosul – Mercado Comum do Sul** – é um bloco econômico constituído por países da América do Sul e que embora tenha atingido significativo nível de integração econômica ainda é classificado como uma união aduaneira. Informação disponível em <www.infoescola.com/geografia/mercosul/>. Acesso em 10 de maio 2018.

¹⁷ Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bloco socioambiental formado pelos Estados que partilham o território Amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Informação disponível em <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>. Acesso em 10 de maio 2018.

¹⁸ Em meio ao Sistema Internacional bipolar que marcou o período da Guerra Fria, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul era criada em 1986. Tratava-se da concretização de uma importante iniciativa diplomática do Brasil, a qual resultara de um longo processo de aproximação e estreitamento dos laços com o continente africano. Desta forma, as duas margens do Atlântico Sul se uniam em busca de uma voz comum, que respondesse à expansão naval das potências ocidentais e da transferência de tensões decorrentes da Guerra Fria para a região. (BARBOSA, 2015)

¹⁹ Países lusófonos são aqueles que têm o português como língua oficial. Trata-se de uma grande comunidade constituída por mais de 200 milhões de pessoas espalhadas nos mais diversos continentes, que faz com que a língua portuguesa esteja entre as dez mais faladas do mundo. Os países que integram essa comunidade são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste. Informação disponível em <www.sbb.org.br/a-biblia-sagrada/paises-lusofonos-e-sociedades-biblicas-lusofonas/>. Acesso em 10 de maio 2018.

Segundo Vidigal e Doratioto (2014, p. 113), com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência em 2003, a Política Externa Brasileira se voltou a “apresentar maior ativismo, o que coincidiu com uma conjuntura internacional favorável ao crescimento econômico e ao protagonismo de países ditos emergentes”. Os autores também afirmam que mesmo com as “mudanças operadas na política exterior, o país não perdeu seu perfil tipicamente semiperiférico”.

Para Almeida (2012, p. 208), o governo Luís Inácio Lula da Silva diversificou a atuação da Política Externa Brasileira. Atuou no IBAS (foro de diálogo Índia-Brasil-África do Sul), defendeu a posição brasileira no G-20 comercial contra o protecionismo dos produtos agrícolas dos EUA e União Europeia (UE), impulsionou os BRICS (foro de diálogo entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), expandiu as relações com países africanos, ampliou a participação do MERCOSUL, além de procurar integrar os doze países da América do Sul e integrar-se com a Cúpula da América Latina e Caribe.

O relativo protagonismo alcançado pelo Brasil no cenário mundial perdeu fôlego nos seis anos de governo de Dilma Rousseff, pois a Política Externa Brasileira assumiu um papel suplementar em seus mandatos. Porém, a atuação brasileira em organismos internacionais se preservou compacto, exacerbando a história do país nas ações tipicamente multilaterais (VALENÇA, 2016).

Na visão de Oliveira e Lessa (2012, p. 9), entre 1997 e 2012, devido a um equívoco de avaliação de seus governantes, o Brasil pouco avançou nas relações internacionais, pois permaneceu fixado na periferia do mundo, deixando a sociedade pouco estruturada para competir no ambiente globalizado.

Em 12 de maio de 2016, após a finalização do processo de impeachment de Dilma Rousseff no Senado Federal, o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República. A crise institucional e econômica em que se deu a passagem do comando do país moldou a “nova política externa” do Governo Temer a reconstruir a narrativa de que a Política Externa Brasileira seria regida pelo Estado e não por ideologias, enfatizou a democracia, os direitos humanos e o meio ambiente, reinterou a condução do multilateralismo político e comercial, além de sinalizar a importância do aumento da produtividade e competitividade do país perante seus parceiros mundiais (PAIXÃO et al., 2016).

2.3.1 O Entorno Estratégico Brasileiro

Segundo a PND (2012), o entorno estratégico brasileiro foi assim delineado:

4.1. A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região. [...]

4.3. Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração.

4.4. [...] é desejável que ocorram o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países vizinhos para reduzir os delitos transnacionais e alcançar melhores condições de desenvolvimento econômico e social, tornando a região mais coesa e mais forte.

4.5. A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul. [...]

4.6. Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.

Amorim (2012, p.344) afirma que “o entorno estratégico do Brasil, foco prioritário da lógica da cooperação é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártida; e de outro, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África”.

Similarmente, Miyamoto (2008, p.370), diz que “as áreas prioritárias para defesa do território brasileiro estão concentradas em dois setores: na Amazônia e no Atlântico Sul. Isto está explicitamente mencionado nos próprios documentos Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa”. O mesmo autor ainda acrescenta que a tríplice fronteira argentino-brasileiro-paraguaia, “por causa da evasão de divisas, do contrabando, do tráfico de drogas e de armas, e pelo crime organizado”, também necessita de cuidados da Política de Defesa Nacional, pois naquele espaço geográfico as fronteiras são altamente permeáveis.

A política de defesa não pode ser descuidada, principalmente a de proteção territorial, pelo fato do “princípio pela agressividade (verbal) demonstrada pelas

grandes potências que estariam interessadas nos recursos naturais amazônicos, sejam eles minerais, da fauna e da flora” (MIYAMOTO, 2008, p.371).

Nesse ínterim, Amorim (2014, p.7) relata que o fortalecimento das relações com os países do entorno estratégico devem ser intensificadas, procurando sempre a projeção internacional do país dentro de uma cooperação com os países vizinhos. “É fundamental que o Brasil se cerque de um cinturão de paz e boa vontade em todo seu entorno estratégico”.

O Livro Branco de Defesa Nacional (2012) destaca as relações do Brasil com os países vizinhos, dentro da ótica da Defesa Nacional e do entorno estratégico da seguinte maneira:

Dotado de uma capacidade adequada de defesa, o Brasil terá condições de dissuadir agressões a seu território, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente **pacífico em seu entorno**. Ao mesmo tempo, e de modo coerente com a política cooperativa do País, a crescente coordenação dos Estados sul-americanos em temas de defesa concorrerá para evitar possíveis ações hostis contra o patrimônio de cada uma das nações da região. Pela **dissuasão** e pela **cooperação**, o **Brasil fortalecerá**, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e **sua política externa**, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento. (**grifo nosso**)

2.4 ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

Após a II Guerra Mundial, momento histórico que arrasou dezenas de países e ceifou a vida de milhões de seres humanos, emergiu “na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países” (ONU, 2018).

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas – documento que funda a Organização – manifesta as intenções dos povos cujos governos se juntaram para criar as Nações Unidas:

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.” (ONU, 1945)

A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. (ONU, 2018)

Segundo Costa (2015, p.16), Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos à época, foi o mentor do termo Organização, quando da confecção da Declaração das Nações Unidas, no início de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. “Naquela ocasião, representantes de 26 países assumiram o compromisso de concentrarem esforços na luta contra as potências do Eixo: Alemanha, Japão e Itália”.

Todavia, as Nações Unidas iniciaram suas atividades em 24 de outubro de 1945, após a aprovação da Carta das Nações Unidas pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, além da maioria dos signatários. Assim, o dia 24 de outubro ficou marcado como o “Dia das Nações Unidas”. No momento, a ONU possui 193 membros (ONU 2018).

Dentro do sistema organizacional da ONU, a responsabilidade de manter a paz e a segurança entre os países, inclusive podendo usar a força para restaurar seu *status quo* é do Conselho de Segurança da ONU (ALMEIDA JUNIOR, 2016, p. 41). Tal assertiva está corroborada no artigo 24 da Carta das Nações Unidas:

A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles (ONU, 1945).

Entretanto, o CSNU possui uma estrutura que permite aos países membros o uso do veto por qualquer um de seus membros, desde que este seja integrante dos chamados “Membros Permanentes”. Os membros permanentes são China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. O dispositivo do veto possibilita às grandes potências sobrepor seus interesses perante os outros integrantes do Conselho. (BARBALHO, 2014, p. 22). Outros dez membros não-permanentes também fazem parte do CS, porém são eleitos pela Assembleia Geral por dois anos (ONU, 2018).

2.5 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar o caminho percorrido para elucidar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específico) apresentados.

Mostra-se significativo realizar a delimitação institucional para a elaboração do presente estudo. Nesse ínterim, entende-se que o Ministério da Defesa é o responsável pelas políticas das Forças Armadas, contando com a Marinha do Brasil, com o Exército Brasileiro e com a Força Aérea Brasileira.

Tomando por base esse conhecimento e levando em conta que o EB possui missões variadas e complementares na Defesa Nacional e defesa dos interesses nacionais direcionados pelo Ministério das Relações Exteriores, essa pesquisa está investigando somente a atuação do EB e suas implicações na missão de paz do HAITI, focando nos aspectos da Política Externa Brasileira.

No mesmo propósito, a pesquisa está limitada aos momentos importantes que permeiam o tempo de realização da MINUSTAH, no entorno dos anos 2004 - 2017.

Dentro do estudo da MINUSTAH, observamos três fases distintas: 1) 2004-2006 Fase da Imposição da Paz; 2) 2006-2010 Fase de Manutenção da Paz; e 3) 2010-2017 Fase da Ajuda Humanitária pós-terremoto e manutenção do ambiente seguro e estável.

Quanto à natureza, este trabalho é definido por realizar uma pesquisa do tipo aplicada, por ter o objetivo de reunir conhecimento para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos relacionados às missões de paz que o Brasil participou sob a égide da bandeira da ONU.

Para isso, está sendo conduzido um estudo de caso, visando à coleta de embasamento teórico para dar sustentação à pesquisa descritiva e, por conseguinte, à pesquisa explicativa.

Para tanto, a coleta de dados se apresenta através da literatura disponível sobre o assunto, mais especificamente trabalhos monográficos, livros, artigos científicos, sites oficiais do governo brasileiro, governo haitiano e da ONU, documentos oficiais e publicações especializadas em Missões de Paz e Relações Internacionais. Também é imperativo levar em consideração as experiências do autor deste trabalho, que no ano de 2012, mais precisamente entre abril e dezembro daquele ano, participou da MINUSTAH como Comandante do Forte Nacional²⁰. A seleção das fontes de pesquisa está sendo baseada em literatura reconhecida, de caráter acadêmico e com alto grau de metodologia envolvido na sua elaboração.

²⁰ O Forte Nacional está localizado na Capital do Haiti, Porto Príncipe, situado no Bairro de Bel Air, um dos mais problemáticos da MINUSTAH, além de ser à base da ONU mais próxima do Palácio Nacional, sede do Governo haitiano.

O delineamento da pesquisa contempla as fases de levantamento e seleção da bibliografia, de coleta de dados, de análise e comparação dos dados colhidos e apuração dos impactos na atuação do EB no Haiti como instrumento da POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.

De modo sintético, verifica-se que a metodologia empregada nesta pesquisa apresenta algumas dificuldades e limitações em relação à coleta e ao tratamento dos dados.

Quanto à coleta de dados, o método limita-se à pesquisa e à análise da documentação oficial aberta à consulta.

Quanto ao tratamento dos dados, o conhecimento reunido não está sendo testado no ambiente de trabalho da Unidade Militar em missão de paz no Haiti, limitando-se a apresentar conceitos e experiências, pois a MINUSTAH foi encerrada em 2017.

Pretende-se apresentar, ao final do estudo, uma visão sobre os aspectos da Política Externa Brasileira adotados no Haiti pelo EB, para tentar alcançar os objetivos nacionais e internacionais da missão.

Por outro lado, mesmo com as limitações, acredita-se que a metodologia escolhida é acertada e possibilita alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 CONFLUÊNCIAS DA MISSÃO

3.1 A ONU E O BRASIL

Segundo Cervo et al. (1994, p. 64), quando da criação da ONU ao final da II Guerra Mundial, o Brasil gozava de grande prestígio naquele órgão internacional, pois se fez presente em 07 das 08 comissões criadas pela assembleia inaugural. Também é destacada na obra que, no ano de 1947, a importância do país era notória, pois o chefe da delegação brasileira, Osvaldo Aranha, foi eleito presidente “do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral Extraordinária e da Assembleia Geral daquele ano”.

Para facilitar o entendimento do leitor, vamos nos apoiar no trabalho de Garcia (2005, p. 161 - 284) para descrever algumas passagens importantes das Relações Internacionais do Brasil com a ONU, nos assuntos de repercussão ou reflexos para a relação “**Diplomacia & Exército Brasileiro**”, dentro de um contexto cronológico, até o ano de 2004, início da missão brasileira no Haiti:

- 1945 > Em 26 Jun, a Carta das Nações Unidas foi aprovada. O Brasil assinou a Carta como membro fundador, tendo o chanceler Leão Veloso como chefe da delegação.

- 1946 > Em 10 Jan, O Brasil foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança, durante a I Assembleia Geral da ONU. Nesse evento, após um impasse entre EUA e URSS, o Brasil foi inscrito como primeiro país a usar a palavra, criando assim, a tradição de ser o Brasil o primeiro país a inaugurar o debate geral. Na oportunidade, o Brasil mantinha a postura de alinhamento com o bloco ocidental liderado pelos EUA.

- 1947 > Em 29 Nov, o plano para divisão da Palestina em Estado judeu e Estado palestino foi aprovado, com o apoio do Presidente da II Assembleia Geral, o brasileiro Osvaldo Aranha.

- 1951 > Em 09 Abr, o secretário geral da ONU, Trygve Lie, solicitou o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coréia. O Governo Brasileiro não atendeu ao pedido, rejeitando seu envolvimento no conflito.

- 1956 > Em 16 Jul, Nasser nacionalizou e instituiu uma crise no Canal de Suez, que acaba marcando a criação da I Força de Emergência da ONU, após a intervenção militar norte-americana-soviética na região. O Brasil recebeu o convite

da ONU para participar da missão, enviando o contingente denominado Batalhão Suez, que permaneceu no canal até 1967.

- 1960 > Em 14 Dez, a XV Assembleia Geral da ONU, com apoio do Brasil, declarou a garantia de independência dos países colônias, corroborando o processo de descolonização de 16 países na África e reafirmando o princípio da autodeterminação dos povos.

- 1963 > Em 19 Set, durante a abertura do XVIII Assembleia Geral da ONU, o chanceler brasileiro Araújo Castro, alinhou a posição do país com o chamado “discurso dos três Ds” (desarmamento, descolonização e desenvolvimento econômico).

> Em 17 Dez, o Conselho de Segurança da ONU foi ampliado para 15 membros, sendo 05 membros permanentes e 10 membros não permanentes.

- 1965 > Em 28 Set, após solicitação da ONU, o Brasil mandou 10 observadores militares para a Índia e Paquistão.

- 1968 > Em 1º Jul, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TPN) foi assinado, com a intenção de duração inicial de 25 anos. O Brasil não aderiu ao TPN, pelo fato de entender que o Tratado “restringe a disseminação horizontal da tecnologia atômica, mas não impede que o crescimento vertical dos arsenais nucleares das grandes potências”.

- 1971 > Em 11 Jun, o Brasil reivindicou uma maior participação do país no sistema internacional, mencionando a “**tese do congelamento do poder mundial**”, defendendo, através do embaixador em Washington, Araújo Castro, uma nova revisão da Carta da ONU.

- 1974 > Em 13 Nov, com apoio do Brasil, a Organização para Libertação da Palestina (OLP) foi reconhecida como “único legítimo representante do povo da palestina”, durante a XXXIX Assembleia Geral da ONU.

- 1982 > Em 10 Dez, a “**Convenção da ONU sobre o Direito do Mar**” definiu em 12 milhas os limites do mar territorial e em 200 milhas a zona econômica exclusiva. Tal Convenção foi ratificada pelo Brasil em 12 de dezembro de 1988.

- 1984 > Em 10 Dez, a Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes foi aprovada pela ONU, sendo assinada pelo Governo Sarney no ano seguinte.

- 1986 > Em 27 Out, a “**Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**” (**ZOPACAS**) foi aprovada por Resolução da ONU, assegurando o uso pacífico do mar dentro do hidroespaço atlântico.

- 1987 > Em 15 Out, o Brasil foi “eleito membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o biênio 1988-89, depois de longa ausência”.

- 1990 > Em 7 Ago, o Conselho de Segurança da ONU impôs sanções econômicas ao Iraque, por aquele país ter invadido o Kuwait. O Brasil condenou a invasão iraquiana e apoiou as sanções da ONU.

- 1991 > Em 26 Jul, o Brasil aprova o envio de 60 militares à El Salvador, compondo a Missão de Observadores da ONU (ONUSAL) àquele país.

> Em 8 Out, o Brasil se propõe a enviar observadores militares à Força de Proteção da ONU na guerra civil da Iugoslávia.

- 1992 > Em 21 Set, o Brasil propõe uma “Agenda de Desenvolvimento” para compor à Agenda para a Paz do secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali.

> Em 16 Dez, foi ativada a Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ), quando o Brasil enviou observadores militares e eleitorais, “além de uma companhia de infantaria do Exército”.

- 1993 > Em 1º Jan, pela sétima oportunidade desde o início das atividades, o Brasil assumiu um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, levando o país a se pronunciar, mais uma vez, a favor da ampliação do quadro permanente do CSNU.

- 1994 > O Brasil se absteve na votação do Conselho de Segurança que autorizou a intervenção da ONU no Haiti.

- 1995 > Em 8 Fev, foi aprovada a III Missão de Verificação da ONU em Angola (UNAVEM-III). No decorrer dessa missão, o Brasil enviou 1.300 soldados para a UNAVEM-III.

- 1996 > Em 24 Set, foi aprovada a proposta brasileira na ONU sobre “O Hemisfério Sul e Áreas Adjacentes Livres de Armas Nucleares”, sendo estipulado o estatuto de desnuclearização para fins militares por parte de quase toda a totalidade dos países do Hemisfério Sul. Também foi aprovado o “Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares”, que foi assinado pelo Brasil.

- 1997 > Em 18 Jul, a Alemanha e o Japão recebem apoio dos EUA para serem membros permanentes do CSNU. Além desses países, os americanos anunciam serem favoráveis a aceitar mais três países em desenvolvimento no

Conselho. Em Ago daquele ano, o Governo da Argentina, através do Presidente Carlos Menem, manifestou restrições a uma possível indicação do Brasil ao assento permanente do CSNU.

- 1999 > Em 30 Ago, o Timor Leste declarou independência da Indonésia, após consulta popular monitorada pela ONU. Nesse episódio, o governo brasileiro se contrapôs as “manifestações de violência de milícias pró-Indonésia contra o povo timorense”.

- 2001 > Em 10 Nov, durante a LVI Assembleia Geral da ONU, o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, discursou defendendo uma “globalização solidária”, argumentando que o modo de governança advinda da Guerra Fria já estava desatualizada.

- 2002 > Em 14 Jan, o governo russo declarou apoio ao Brasil na questão de ingresso do país sul americano como membro permanente do CSNU.

> Em 14 Fev, Gerhard Schröder, chanceler da Alemanha em visita a Brasília, também declarou apoio ao Brasil para o assento permanente do CSNU.

- 2003 > Em 20 Mar, iniciou-se a Segunda Guerra do Golfo, quando os EUA e outros aliados invadiram o Iraque. Tal ação não obteve autorização da ONU. O governo brasileiro defendeu “o respeito às normas internacionais e o fortalecimento do multilateralismo”, sendo contrario à guerra.

> Em 14 Jul, durante visita do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Grã-Bretanha declarou apoiar a entrada do Brasil como membro permanente do CSNU, seguindo o governo francês que já havia se pronunciado favorável no mês de Abr daquele ano.

> Em 6 Ago, a China declarou seu apoio ao ingresso do Brasil como membro permanente do CSNU.

> Em 19 Ago, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial da ONU no Iraque, “morre em atentado terrorista em Bagdá”.

- 2004 > Em 29 Fev, durante graves problemas internos, o Presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristides, deixou o país. Por consequência, a ONU autorizou o emprego de uma “força multinacional interina” no Haiti.

> Em 28 Mai, partiu do Brasil o primeiro contingente da **Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Inicialmente, os contingentes possuíam efetivos de 1.200 militares e o comando das tropas em solo haitiano estava a cargo de um general brasileiro.

> Em 28 Jun, um governo interino assume o Iraque, tendo o Brasil apoiado o “exercício pleno da soberania pelo povo iraquiano, com maior envolvimento da ONU”.

> Em 21 Set, durante a LIX Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Alemanha, Brasil, Índia e Japão criaram o G-4, “concedendo-se apoio mútuo na reforma do Conselho de Segurança”.

Para Cervo et al. (1994, p. 65), no início dos trabalhos da ONU, Brasil e Argentina foram os países pertencentes à América Latina que mais contribuíram financeiramente, incluindo o Fundo de Reserva da Organização.

Para Vizentini (2008, p. 114), durante o governo Lula, o campo diplomático conseguiu inserir o Brasil nas discussões mundiais com grande força, sendo o país com melhor protagonismo dentro do conjunto de países pertencentes ao Terceiro Mundo. Tal situação incentivou o Brasil a “intensificar a campanha pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU”.

Cervo et al. (1994, p. 66) também ressaltou o prestígio do Brasil perante a ONU, destacando que o desejo do país sempre foi ser aceito como membro permanente do Conselho de Segurança, posição esta que elevaria a projeção mundial do país. Entretanto, desde a Assembleia de criação da ONU, tal aspiração não obteve o resultado almejado.

Segundo Vidigal e Doratioto (2014, p. 66), quando da criação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil não obteve sucesso no pleito de se tornar membro permanente, mesmo tendo enviado tropa para combater na II Guerra Mundial, pelo motivo de seu território não ter sido “terreno de combate” e seus “recursos de poder” não serem “passíveis de comparação com os dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido e da França, ou mesmo da China”.

Na verdade, antes da criação da ONU, o organismo mundial que tentava administrar a manutenção da paz mundial era a Sociedade (ou Liga) das Nações, criada no pós I Guerra Mundial. O Brasil, dentro de suas aspirações geopolíticas, por ser país vencedor da guerra, pleiteou um lugar permanente no Conselho de Segurança, que não foi atendido. Após grande desgaste do Brasil com a entidade, o país resolveu se retirar da Sociedade das Nações, mantendo apenas relações amistosas, a partir de junho de 1926 (CERVO et al., 1994, p.62).

Nesse mesmo discurso, Vidigal e Doratioto (2014, p. 37) destacam que “na metade da década de 1920, o Brasil acabou se retirando da Liga das Nações após uma ousada e fracassada tentativa de se tornar membro permanente” do CSNU.

Segundo Costa (2015, p. 14), em atividades sob a égide das Nações Unidas, o Brasil participou de operações na “África (entre outras, no Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia)”. Dessas missões, apenas seis foram efetivadas com tropas organizadas: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e Líbano (UNIFIL).

Por oportuno, podemos destacar que nos últimos anos a investida mais insistente da diplomacia brasileira para o assento permanente no CSNU foi durante o governo Lula. Entretanto, o então presidente e sua cúpula diplomática “pareciam desconhecer a história e a lição de que é somente após grandes conflitos armados que as grandes instituições internacionais se modificam ou desaparecem para dar lugar a outras” (VIDIGAL e DORATIOTO, 2014, p. 126).

3.2A CRISE HAITIANA

De forma ampla, a crise haitiana decorre de dois séculos de história independente²¹, sendo um país marcado por sofrer 34 golpes de Estado e por promulgar 23 constituições, quase sempre delineado por governos autoritários que “culminou em um processo democrático incipiente, estabelecido sobre bases frágeis e contra a vontade da elite local” (VERENHITACH, 2008, p. 19).

Para manter o *status quo* de país independente durante o século XIX, o Haiti necessitava do reconhecimento das potências estrangeiras. Com grande dificuldade, potencializada pelo medo de uma suposta reconquista francesa, o então governador do Haiti, Jean-Pierre Boyer (1820 – 1843), aceitou pagar à França a quantia de 90 milhões de francos-ouro para que aquele país reconhecesse o Haiti como país independente. “A dívida contraída estrangulou a economia haitiana, já frágil pela falta de recursos próprios para a continuidade da produção de cana-de-açúcar e pelas fortunas expendidas nas guerras de libertação do país e da região”²². O Haiti

²¹ O Haiti se tornou independente da França em 1º de janeiro de 1804.

²² Ibidem, p. 22.

conseguiu o reconhecimento de sua independência por parte dos americanos apenas em 1862.

Sob o pretexto de proteger os interesses norte-americanos no país, as tropas dos Estados Unidos da América (EUA) ocuparam o Haiti entre 1915 e 1934. Em 1957, o médico François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito presidente (LESSA, 2007, p. 42).

François Duvalier governou balizado por uma ação autoritária, ancorada no terror policial dos “Tontons Macoutes” (bichos-papões) - sua guarda pessoal, e na exploração do vodu. Promulgando uma constituição que o colocara como Presidente vitalício, a partir de 1964, Duvalier aniquilou a oposição e perseguiu a Igreja Católica, vindo a morrer em 1971. Dentro da ditadura vitalícia imposta, foi substituído por seu filho, Jean-Claude Duvalier - o Baby Doc²³.

Segundo o General Augusto Heleno Ribeiro, primeiro *Force Commander*²⁴ da MINUSTAH, o regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier terminou em 1986. O país promulgou uma nova Constituição e organizou eleições livres, “sendo eleito para Presidente Jean-Bertrand Aristide em dezembro de 1990”. (apud ALMEIDA JUNIOR, 2016, p. 22).

Contudo, discorre o mesmo autor, o Haiti foi alvo de um Golpe de Estado em 1991. Nesse episódio, a Organização dos Estados Americanos (OEA) determinou algumas sanções econômicas ao país caribenho, tendo agravado para bloqueio econômico total em 1994.

Segundo Verenhitch (2008, p. 26), além da OEA, a ONU também apoiou o embargo econômico ao Haiti, visando enfraquecer o governo militar instaurado, porém tal atitude “acabou por desestruturar drasticamente as frágeis e parcas instituições e a economia do país”.

Na esteira do embargo econômico, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o envio de uma força multinacional com 20.000 militares, liderada pelos EUA, para amparar o retorno de Jean-Bertrand Aristide à presidência do Haiti, garantindo o cumprimento do restante do mandato (1994 – 1995). Em 1995, o então Presidente Aristide, contrariando a constituição de seu país, “por influência dos

²³ Ibidem.

²⁴ General Comandante das tropas da ONU. É o responsável pelas ações militares da ONU no país em que a missão está ocorrendo.

EUA”, resolveu extinguir as Forças Armadas haitianas, por considerá-las “perigosas e responsáveis pela situação de caos” apresentada no país naquele momento²⁵.

Para Lessa (2007, p. 43), extinguir as Forças Armadas do Haiti sem um planejamento adequado criou “um grave foco de tensão”, pois o governo desamparou, repentinamente, muitos ex-militares. Após o término de seu mandato, Aristide “foi substituído por René Préval, que governou o país de 1995 a 2001”.

A retomada de Aristide à presidência do Haiti em 2001, com uma eleição marcada pela participação ínfima da população (apenas 5% dos eleitores), resultou em nova crise política. A partir de 2003, uma oposição “composta por diversos partidos políticos e setores da sociedade civil e da iniciativa privada” foi estruturada. Essa oposição buscou provas de que o Presidente Aristide e os membros do legislativo, constituída 100% pelos *Lavalasse* (Partido de Aristide), conseguiram a vitória no pleito eleitoral de 2001 através de manobras fraudulentas (CORBELLINI, 2009, p. 99).

Para Pierre-Charles (2004, p. 234), conforme citado por Corbellini (2009, p. 100), o reaparecimento dos bandos armados, o colapso das instituições, o aprofundamento da crise política e o descrédito da polícia, formaram a conjuntura propícia para o conflito armado surgido na cidade de Gonaves, que se espalhou pelo país. “A parte norte do Haiti foi tomada pelos insurgentes opositores²⁶, que ameaçavam chegar a capital. Como resultado, Aristide assinou sua carta de renúncia” no dia 29 de fevereiro de 2004, buscando exílio na África do Sul²⁷. Com isso, assumiu o país o Sr Boniface Alexandre, então presidente da Suprema Corte do país, quando pediu auxílio à ONU, iniciando, assim, a missão da Força Multinacional de Paz no Haiti, que, posteriormente, passou a ser renomeada como Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) teve sua aprovação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 30 de abril de 2004, através da resolução 1542 (S/RES/1542), tendo como diretrizes:

[...] dar apoio ao governo de transição e assegurar um ambiente seguro e estável no país; assistir e monitorar a reestruturação e reforma da Polícia Nacional haitiana; ajudar em programas de desarmamento, desmobilização e reintegração; assistir a restauração e manutenção da lei,

²⁵ Ibidem.

²⁶ Alguns insurgentes possuíam mandando de arresto por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime duvalierista.

²⁷ O Presidente Aristide questionou esta versão, quando de sua chegada ao exílio, afirmando que teria sido deposto pelos EUA e pela França, sem nunca ter pedido renúncia.

segurança pública e ordem no país; proteger os funcionários, instalações e equipamentos das Nações Unidas no país; proteger civis sob ataque físico eminente, suportar os processos constitucionais e políticos locais; assistir, organizar, monitorar e cuidar para que haja eleições municipais, parlamentares e presidenciais; suportar o Governo de Transição e demais instituições nos esforços de promover os direitos humanos dos haitianos; monitorar e reportar a situação dos direitos humanos no país (CARDOSO, 2015, p. 48).

3.3O BRASIL E O HAITI

As relações diplomáticas do Brasil e do Haiti não possuíam grande expressividade antes da implantação da MINUSTAH pela ONU. Pode-se verificar tal assertiva no site do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, quando tal relação cronológica “Brasil x Haiti” está exposta da seguinte forma:

Cronologia das relações bilaterais²⁸

- 1928** – São estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil.
- 1982** – É realizada visita do ministro das Relações Exteriores do Haiti, Jean Robert Estimé, a Brasília [Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral].
- 2004** – É criada Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob o comando do Brasil (abril).
- 2008** – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Porto Príncipe (maio).
- 2010** – O presidente René Préval participa da I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe – CARICOM (abril).
- 2010** – Brasil realiza contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), no montante de US\$ 55 milhões (maio)
- 2011** – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Haiti (Porto Príncipe, 12 e 13 de fevereiro).
- 2011 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, ao Haiti (11 de julho).
- 2011** – Visita ao Brasil da Primeira-Dama do Haiti, Sophia Martelly (13 e 14 de outubro).
- 2012** – A presidente Dilma Rousseff realiza visita ao Haiti (1º de fevereiro).
- 2013** – O primeiro-ministro do Haiti, Laurent Lamothe, cumpre agenda oficial em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (20 a 25 de maio) [Atos adotados].
- 2013** – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Porto Príncipe (27 de novembro).
- 2014** – São inaugurados o Hospital Comunitário de Bon Repos e o Instituto Haitiano de Reabilitação, construídos no âmbito da cooperação tripartite Brasil-Cuba-Haiti (maio).
- 2014** – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto do Haiti, Embaixador Duly Brutus (Brasília, 2 de junho).
- 2017** – O ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, visita Porto Príncipe no contexto do encerramento da MINUSTAH (Porto Príncipe, 2 e 3 de junho).

²⁸ Informação disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5221-republica-do-haiti>>. Acesso em 13 de julho de 2018.

A biblioteca da Escola Superior de Guerra possui um trabalho escrito em 1969 sobre o Haiti. Tal trabalho reporta a possibilidade de relacionamento “Brasil – Haiti” da seguinte forma:

A conveniência ou não de uma política de ajuda ao Haiti como forma de maior aproximação com o Brasil apresenta duas objeções. A primeira é a de que tal política viria a nos colocar em choque com a OEA, dada a aparência de hegemonia do Brasil que tal atitude poderia gerar. Qualquer medida que não possa ser classificada de rotineira, nas relações entre os países das Américas, deve ser tomada coletivamente, para fortalecimento dos laços entre todos os países deste Continente. A segunda é a de que o Brasil também tem dificuldades do mesmo gênero que atravessa o Haiti, embora em melhores condições para resolvê-las, e o Nordeste é um exemplo. Assim, quando muito, dentro de um quadro de ajuda coletiva, poderíamos exportar nossa experiência obtida na SUDENE, o que nos projetaria com capacidade técnico-administrativa sem nos apresentarmos como pretendentes a uma posição política internacional que combatemos a cada dia, isto é, a de dominação e esferas de influência. Não vemos, assim, na atualidade, qualquer interesse específico em tornar mais estreitas as boas relações que mantemos com o Haiti, quer do ponto de vista econômico, cultural, político ou militar. Somos pelo fortalecimento, sim, da OEA, sob todos esses aspectos. As ações bilaterais devem cingir-se àquelas resultantes dos interesses comerciais dos dois países (CHAVES, 1969, p. 25-26)²⁹.

Com relações diplomáticas insipientes até a criação da MINUSTAH, torna-se natural haver pouca literatura sobre o assunto. Entretanto, Souza Neto (2010, p. 233) destaca uma passagem importante das relações envolvendo o Brasil, o Haiti, a OEA e a ONU. No advento das sanções econômicas da OEA ao Haiti em 1991, o Ministério das Relações Exteriores divulgou nota à imprensa em 30 de setembro daquele ano, reconhecendo que o Golpe de Estado ocorrido no país caribenho ameaçava a democracia, expressando “repúdio a qualquer tentativa de ruptura da ordem constitucional, manifestando o apoio do governo brasileiro à manutenção de Aristide no poder”, afirmando que o Brasil corroborava a decisão Conselho Permanente da OEA sobre a questão das sanções.

Quando a ONU decide enviar uma Força Multinacional para reinstalar o governo legítimo do presidente Jean-Bertrand Aristide no Haiti, no mês de julho de 1994, o embaixador do Brasil na ONU, Ronaldo Sardenberg, manifestou a posição brasileira contrária ao apresentado pelos países favoráveis ao envio de força militar: “o Brasil entende que a resolução ora proposta não é feliz na invocação dos critérios e na escolha dos meios que elege para lograr o objetivo de restaurar a democracia e o governo legitimamente eleito”. Para o Brasil, as sanções econômicas poderiam alcançar o efeito dissuasório pretendido. Sardenberg terminou seu pronunciamento

²⁹ Apud Souza Neto, 2010, p. 253 – 254.

na ONU “afirmando que a decisão brasileira seria de abster-se e que a resposta da comunidade internacional à violência no Haiti não poderia ser geradora de mais violência”, corroborando que a defesa da democracia não devia incluir o uso da força (apud SOUZA NETO, 2010, p. 233-235).

Seguindo o pronunciamento do embaixador Sardenberg, tanto o então Chanceler Brasileiro, Celso Amorim, como o então Presidente do Brasil, Itamar Franco, justificaram o “voto brasileiro em relação à crise haitiana no Conselho de Segurança em julho, afirmando que a decisão tinha sido baseada no compromisso brasileiro com as normas do direito internacional, a autodeterminação e a não ingerência”³⁰.

Segundo Souza Neto (2010, p. 239 – 240), para finalizar a análise desse posicionamento brasileiro, Celso Amorim, quando ministro das Relações Exteriores, revelou, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 1997, que, apesar de concordar pela abstenção do voto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, decisão esta tomada pelo presidente Itamar Franco, o Ministério das Relações Exteriores possuía setores com posições divergentes. A primeira vertente estudada era que o Brasil poderia votar a favor da intervenção, pois os Estados Unidos iriam realizar a missão com ou sem o consentimento da ONU e que “seria melhor, portanto, que ela ocorresse com autorização da ONU”. Outra vertente era rejeitar a resolução. A terceira era votar pela abstenção. Como a votação já estava com nove votos a favor da intervenção, abster-se na votação sinalizaria a posição brasileira de incompatibilidade ao princípio da não intervenção.

Para entendermos a atual situação da relação “Brasil – Haiti”, o site das Relações Exteriores sintetiza as principais ideias da visão brasileira de cooperação perante o Haiti, destacando assuntos do passado, presente e futuro:

O relacionamento bilateral é marcado pela cooperação técnica e pelo diálogo político de alto nível. [...]. As relações entre Brasil e Haiti ganharam [...] densidade com a decisão brasileira de participar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004. **Mesmo com o encerramento da MINUSTAH em 2017, o Brasil continua comprometido em auxiliar o país em seu desenvolvimento institucional e na melhoria das condições de vida do povo haitiano** e tem apoiado a nova missão da ONU no país (Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti - MINUJUSTH).

Desde 2010, ano do terremoto que vitimou mais de 100 mil pessoas e gerou prejuízos da ordem de 120% do PIB haitiano, o país

³⁰ Ibidem, p. 236

caribenho passou a contar com uma das mais expressivas carteiras de projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Cumpre sublinhar a cooperação na área da saúde, com a construção de três hospitais de referência, bem como na área de formação profissional, com a construção de centros de educação técnica. **Há projetos em andamento nas áreas de metrologia, recursos hídricos, saneamento e prisional.**

Cabe também mencionar que, desde 2012, o Brasil tem adotado política migratória especial de caráter humanitário para haitianos, em razão do terremoto em 2010. [...] foi mantida política migratória de acolhida humanitária em território brasileiro de cidadãos haitianos e apátridas residentes no Haiti (Ibidem, **grifo nosso**)³¹.

³¹ Informação disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5221-republica-do-haiti>>. Acesso em 14 de julho de 2018.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O PROCESSO DE DECISÃO DE ENVIO DE TROPAS AO HAITI

Este capítulo tem a finalidade de destrinchar como estava direcionada a Política Externa vigente no Brasil à época da decisão de enviar tropas para o Haiti. Para tanto, veremos quais os argumentos sustentados pelo governo para a tomada de decisão. Mais adiante, exploraremos algumas “possíveis contradições” que suscitaram os debates sobre a real necessidade de o Brasil intervir ou não com força militar naquele país caribenho. Tudo isso, visando compreender como foi embasada a decisão de envio de tropas ao Haiti.

4.1 PREMISSAS PARA A DECISÃO

Como já mencionado neste trabalho, as tropas brasileiras chegaram ao Haiti no ano de 2004. Entretanto, devemos entender as situações ou argumentos que levaram o Brasil a participar da MINUSTAH, além de interpretar o tipo de postura adotada pela Política Externa do país à época.

Naquele momento, o presidente do Brasil era o Sr Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como “LULA”. A política externa do governo LULA estava, claramente, voltada para o aumento da projeção brasileira no cenário mundial, dentro das mais diversas áreas de atuação. Tal assertiva não é difícil de encontrar dentro do escopo acadêmico.

Segundo Barbalho (2004, p. 56 e 57), por exemplo, a política adotada pelo governo LULA, a partir de 2003, buscava elevar a participação do país “nos órgãos internacionais tradicionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, especialmente, a ONU”. Para tanto, o Brasil procurou estabelecer parcerias multilaterais, visando reestruturar “as negociações comerciais, financeiras e políticas no sistema internacional”.

O autor destaca, ainda, algumas ações diplomáticas do país durante os anos iniciais do governo LULA, tentando quantificar a busca de expressividade brasileira na tomada de decisões de grandes temas mundiais:

[...] a criação do grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) em junho de 2003 e do G-20 comercial, na reunião de Cancun da OMC; a contribuição para o adiamento sine-die³² das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005; participação em Missões de Paz da ONU, especialmente no caso do Haiti; a contribuição para conferir uma instrumentalidade prática ao conceito de BRICs; esforços para fortalecer a

³² Sem fixar uma data futura.

democracia e as relações pacíficas entre os países latino – americanos, inclusão do tema da pobreza na agenda internacional, busca de diversificação das relações comerciais e políticas, com destaque para o papel da China, Índia, África do Sul e Rússia [Grifo nosso] (RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p. 63, apud BARBALHO, 2014, p 57).

O direcionamento incisivo do Brasil na busca por projeção além América do Sul, demonstra a preocupação do governo LULA em reordenar os atores políticos internacionais. Para atingir tais objetivos, a Política Externa Brasileira precisou ser remodelada. Dentro das mudanças mais significativas, destacam-se:

- (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo;
- (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais;
- (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e
- (4a) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 291 apud BARBALHO, 2014, p 57).

Nesse sentido, em meio a mudanças de rumo da Política Externa Brasileira, ressurgiu para a comunidade internacional a problemática do Haiti. A instabilidade marcante dos campos políticos e econômicos, somados a ineficácia dos campos psicossociais e de segurança pública, agrava de maneira sistemática a estrutura organizacional de Estado do país caribenho.

Segundo De Araújo (2015, p. 56), a história haitiana “está marcada historicamente por ondas de instabilidade decorrentes das disputas políticas e recorrentes lutas pelo poder do Estado”. Tais disputas agravaram a violência, desequilibrando os setores políticos e sociais. Esse conjunto de desarmonia das elites políticas enfraqueceram as “instituições do Estado haitiano”.

Dito isso, chegamos ao início de fevereiro de 2004, quando o conflito armado se espalha pelo Haiti, até alcançar sua capital, Porto Príncipe. Diante dessa situação, O CSNU reuniu seus membros, em 26 de fevereiro daquele ano, para buscar uma solução ao problema. Na ocasião, o Brasil se pronunciou da seguinte forma:

Na busca de uma solução política para a grave crise no Haiti, o Brasil apreciou os esforços que a CARICOM e OEA estiveram desempenhando. A delegação brasileira advogou que todos os atores demonstrem as suas vontades de estabelecer um diálogo eficaz e construtivo e renunciem a todos os atos de violência que tentam comprometer a própria condução do diálogo político no Haiti. Dessa forma, o Brasil pediu a todas as partes a prestar toda a assistência possível nos esforços destinados a estabelecer a paz no Haiti (VALLE apud DE ARAÚJO, 2015, p.68).

As decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas são rígidas pela Carta das Nações Unidas. De forma simplista, podemos afirmar que a Carta estabelece ao CSNU a “responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional.” Com isso, “o CS pode tomar uma série de medidas, que incluem o estabelecimento de uma Operação de Manutenção da Paz, com base legal nos capítulos VI, VII e VIII” (ONU, 1945).

Assim, segundo Araújo (2015, p. 69), levando em conta a escalada de descontrole e violência evoluindo no Haiti, o CSNU autorizou, por unanimidade, a Força Multinacional Internacional (FMI), de acordo com a Resolução S/RES/152912, de 29 de fevereiro de 2004, e em conformidade com o Capítulo VII da Carta da ONU, tinha por objetivo principal “[...] apoiar a continuação de um processo pacífico e constitucional, mantendo um ambiente seguro e estável no Haiti” (United Nations, 2004b, p. 2). O mesmo autor segue argumentando que o CSNU autorizou a FMI a ser empregada de imediato no Haiti, deixando intencionado a pré-disposição de autorizar outra missão de paz, mais estruturada, para prosseguir no processo de estabilidade do Haiti.

O Brasil, como membro não permanente do CSNU, procurou ao longo dos tempos, pautar sua política externa alinhada com o Direito Internacional. O país buscou permear suas relações internacionais com isenção e independência, respeitando a soberania dos Estados-Nação.

Nesse íterim, levando em consideração de que o Direito Internacional deve balizar as decisões dos Estados, “particularmente para resolver suas pendências, o Brasil sempre procurou agir de forma coerente, com as orientações de sua política externa, independentemente das particularidades de governos”. Assim, o Estado brasileiro limitou sua participação em litígios concretos de forças militares (MIYAMOTO, 2008. p. 376 - 377).

Entretanto, o Brasil possui dispositivos legais para autorizar o emprego de tropa, tanto no interior do país como no exterior. Tais dispositivos nortearam a decisão do Brasil de participar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Não perdendo o foco proposto neste trabalho, as relações internacionais estabelecidas em Lei pelo Brasil estão enraizadas nos princípios consagrados pelo Direito Internacional, como a soberania dos Estados, a prevalência do multilateralismo e nos princípios estabelecidos no art. 4º da Constituição Federal,

que já em seu preâmbulo, destaca que a sociedade brasileira está fundamentada na “harmonia social comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 4º, são destacados os princípios que regem as relações internacionais do Brasil:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Dentro desse escopo, visando mitigar interesses militares e diplomáticos, o Brasil elaborou a Política de Defesa Nacional (PND)³³ em 1996, para estabelecer os objetivos estratégicos do país, além da Lei Complementar nº 97, de 9 Jun 99 (BRASIL, 1999), para organizar as Forças Armadas Brasileiras em Operações de Manutenção da Paz.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores:

[...] o governo brasileiro defende que os mandatos das operações de paz destaquem a interdependência entre segurança e desenvolvimento como elemento indispensável à paz sustentável, assim como a proteção das populações sob ameaça de violência e a ênfase na prevenção de conflitos e solução pacífica de controvérsias (apud SANTOS, 2014, p. 32).

Na atualidade, o envio de tropas brasileiras em missões de paz envolve o Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Defesa (MD), do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), da Presidência da República e do Congresso Nacional (UZIEL, 2010).

O mesmo autor destaca que o emprego das Forças Armadas brasileiras em missões sob a égide das Nações Unidas, trazem benefícios nos campos político, militar e social, tais como:

- (1) ampliar a projeção do País no concerto das nações;
- (2) reiterar o compromisso brasileiro com a defesa da paz;
- (3) reafirmar a solidariedade brasileira com os países afetados;
- (4) fortalecer a Política Externa Brasileira;
- (5) acompanhar a evolução doutrinária e tecnológica de outras forças armadas;
- (6) manter Forças de Pronto-Emprego;
- (7) realizar exercícios conjuntos com forças armadas estrangeiras;
- (8) demonstrar a capacidade de mobilizar tropa em vários cenários;
- (9) incrementar a participação em ações humanitárias; e
- (10) permitir a realização de ações sociais junto às comunidades locais (UZIEL, 2010).

³³ A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los.

Fica evidente que a atuação das Forças Armadas em missões de paz possui um caráter estratégico para o país. A projeção do Brasil dentro da agenda internacional, além do alinhamento do país com os assuntos ligados aos direitos humanos e de ajuda humanitária estão ligados intimamente com vários objetivos do Ministério das Relações Exteriores, ajudando a consolidar o Brasil como importante ator global.

Para Diniz (2005, p. 99 e 100), quando o Brasil acena em participar, liderando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), torna-se evidente que o país procura participar com mais expressividade na ONU, almejando maior protagonismo no cenário mundial. Nesse contexto, a missão haitiana se mostra uma grande oportunidade para o Brasil:

[...] trata-se de uma situação com grande visibilidade política numa região de grande prioridade da Política Externa Brasileira, que poderia alavancar ou, pelo menos, legitimar de certa forma a desejada liderança brasileira junto à América do Sul, na medida em que o Brasil, por liderar as forças a serviço da ONU, coordenaria a resposta do continente sul-americano a uma crise em região vizinha. [...] esse reconhecimento da liderança brasileira na América do Sul é percebido como crucial para o esforço de coordenação política em torno de negociações comerciais, particularmente no caso da ALCA.

Resumindo, Rocha (2009, p. 155), atribui o emprego de tropas em missões de paz como um instrumento para projetar poder, ampliando a capacidade do Brasil de influenciar dentro do cenário internacional. Tal esforço é emoldurado em organização de meios que se apoiam mutuamente: manifesta a coragem, a iniciativa e a aptidão material e técnica para resolver problemas reais e “a decisão de só atuar em missões auspiciadas pela ONU, anuídas pelos governos receptores e amparadas em valores a que dificilmente alguém se oporia: justiça, equidade e não-indiferença a situações extremas negativas”.

Por oportuno, Eduardo Uziel, citado por Barbalho (2014, p. 68), afirma que a disposição do país em participar das missões de paz das Nações Unidas possui um leque de premissas históricas que os partícipes do Legislativo e do Executivo sempre listam para autorizar o empenho do país em proveito da Carta da ONU, elencando algumas:

- 1) inserir plenamente o país no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, que voltou a ser atuante após o fim da Guerra Fria;
- 2) aumentar a influência brasileira nos órgãos de tomada de decisão das Nações Unidas;
- 3) cumprir os preceitos que regem as relações internacionais do Brasil constantes do artigo 4º da Constituição Federal;

- 4) reforçar a própria ideia de multilateralismo e inserir os interesses brasileiros entre aqueles que orientam as decisões, inclusive para minimizar questões como o double standards³⁴ do CSNU;
- 5) validar a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança;
- 6) aproveitar oportunidades de cooperação identificadas no curso da implementação dos processos de paz;
- 7) proporcionar maior experiência internacional para as Forças Armadas (UZIEL, 2010, p. 91).

Em termos da justificativa para a participação do Brasil na missão de paz no Haiti, Souza Neto (2010, p. 256) cita que o Ministério das Relações Exteriores listou alguns critérios que balizavam a participação brasileira: “cumprimento das obrigações como membro da ONU, cuja Carta traz como fundamentos principais a necessidade de arranjos de defesa coletiva para prevenção de ameaças à paz e demonstração de solidariedade para com uma nação das Américas”.

A bandeira da solidariedade sempre esteve assinalada durante o processo de decisão de envio das tropas ao Haiti. Na realidade, o Brasil pretendia expandir seu entorno estratégico para a América Central, consolidando seu posicionamento de potência regional, tentando, para isso, não prejudicar suas relações com outros países da América do Sul.

Além dos interesses geopolíticos do Brasil na missão da MINUSTAH, que impulsionou um relevante esforço do Ministério das Relações Exteriores em convencer a classe política da importância estratégica da missão no Haiti, outro elemento merece destaque, o componente militar. Não podemos descartar o interesse dos militares brasileiros na missão, pois participar de uma missão das Nações Unidas conquistando o status de Comandante Operacional, surgiu como uma oportunidade ímpar de maturidade institucional para as Forças Armadas, em especial para o Exército Brasileiro.

Aguilar (2015, p. 127) afirma que os militares entenderam a missão como uma grande janela de oportunidade para: manter seus quadros adestrados em um ambiente de conflito; renovar seus equipamentos, pois a ONU reembolsa os países integrantes de missões por decorrência do desgaste do material; auxiliar o aporte financeiro da tropa, pois os valores pagos nas missões “no exterior superam os vencimentos recebidos no país”; projetar internacionalmente e obter reconhecimento dos outros exércitos ao trabalho dos nossos militares, “reforçando a estratégia da dissuasão”; atuar como alicerce “da Política Externa Brasileira quanto à solução

³⁴ Padrão duplo ou padrão duplo de julgamento.

pacífica de conflitos”; adquirir conhecimento para modernizar a doutrina militar por conta da convivência com tropas de diferentes países.

4.2 CONTROVÉRSIAS

A intenção do governo brasileiro de enviar tropas para o Haiti encontrou focos de resistência dentro de vários setores da sociedade. Seja imerso na classe política, diplomática ou outros nichos, debates acalorados foram travados no intuito de incentivar ou contrapor a ideia de intervenção militar no país caribenho.

Na verdade, a própria ONU não teve unanimidade em alguns aspectos da missão. Miyamoto (2008, p 383 -384) destaca os debates em Nova York, sede da ONU, sobre questões específicas da Resolução a ser assinada. Temas como “o quê fazer?”, sobre o tipo de missão, senso “de imposição ou de manutenção da paz?” “apoiada em que itens da Carta da ONU?”. Tais amarras eram relevantes, pois historicamente, países como o Brasil não concordavam com certas características de missões, como por exemplo, serem contra a imposição da paz, mas a favor da manutenção da paz. Ou seja, podia ser sustentado no capítulo VI, mas não no capítulo VII da Carta. “Contudo, atendendo as suas próprias conveniências, leituras particulares foram feitas por todos os agentes, de tal forma que contemplaram seus interesses”.

Tornava-se relevante o entendimento de qual capítulo a MINUSTAH seria enquadrada. O capítulo VI trata da “Solução Pacífica de Controvérsias”, enquanto o capítulo VII dispõe sobre as “Ações com respeito à Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”. Já o capítulo VIII direciona a implicação de “organizações regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais”, contanto que os procedimentos realizados “sejam coerentes com os propósitos e princípios delineados na Carta” da ONU (BRASIL, 1945).

Segundo Oliveira (2016), a resolução do CSNU que determine uma operação de paz com respaldo no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas não a torna prontamente em uma operação com vertente de imposição da paz. Claro que todas as operações de imposição da paz são resguardadas pelo mencionado capítulo, entretanto vem sendo verificado uma inclinação do CSNU de “amparar as operações de manutenção da paz também nesse mesmo capítulo, particularmente nas missões em que exista um risco mais elevado para a força de paz”.

Essas questões são mencionadas na Resolução nr 1542, de 2004, autorizando a composição da MINUSTAH sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Daí se apresenta uma primeira polêmica “para a Política Externa Brasileira de Direitos Humanos, pois, tradicionalmente o país só participa de missões de manutenção da paz, ou seja, baseada no capítulo VI” (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Verenhitach (2008, p. 47), a Política Externa Brasileira no período do governo LULA, incorporou “novos princípios e linhas de ação correspondentes”, alinhando, por exemplo, princípios clássicos como da não ingerência³⁵ ao princípio da não indiferença³⁶. Tal assertiva se mostra evidente, quando lembramos o posicionamento do Brasil em 1994, que se absteve na votação do CSNU para envio de tropas ao Haiti, após a primeira renúncia do presidente Aristide.

Segundo Uziel (2010, p. 95), diante dos problemas graves que assolaram o Haiti no ano de 1994, quando a ONU constituiu uma Força Multinacional Internacional, o Brasil se absteve. Já em 2004, “como membro eletivo do CSNU votou a favor da resolução S/RES/1529 (2004)”, autorizando a entrada da missão no Haiti, comprometendo-se a apoiar em futuras operações, além de se colocando apto para liderar o componente militar da missão.

Para De Araújo (2015, p.70) o objetivo do Brasil em aceitar fazer parte da MINUSTAH naquele momento, era apoiar o Haiti a resolver os problemas que extrapolavam o campo político. Assim, alinhado com a resolução S/RES/1542 (2004), o CSNU aprovou por unanimidade.

[...] a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti - MINUSTAH, como uma força de estabilização solicitada por meio da resolução 1529 (2004), por um período inicial de seis meses com a intenção de renova-la por novos períodos e apela para que a autoridade da FMI seja transferida à MINUSTAH em 1º de Junho de 2004 [tradução do autor citado] (UNITED NATIONS, 2004d, p. 2, Apud DE ARAÚJO, 2015, p. 71).

Para Viegas, então Ministro da Defesa, citado por Souza Neto (2010, p. 255 – 256) o Brasil decidiu consentir a resolução 1529, visando evitar uma “onda de violência”, aprovando “em primeiro momento o envio de uma força internacional para a manutenção da ordem”³⁷. O Ministro procurou distinguir o momento de 2004 com o de 1994, enfatizando que o Brasil apoiou a Resolução 1529, “porque esta já previa

³⁵ Previsto na Constituição Federal do Brasil, de 1988, como princípio norteador das relações internacionais do país.

³⁶ Princípio alinhado com a diplomacia solidária para com outros povos e países.

³⁷ Cabe notar a ênfase que o autor destaca o elemento temporal, já antecipando a postura brasileira de que a força seria apenas uma solução temporal.

no corpo de seu texto um prazo de saída da força multinacional e uma operação de manutenção da paz sucedendo-a”.

Na mesma linha, diferenciando os momentos de 1994 e 2004, Sardenberg (2005, p. 355) argumenta:

No que concerne à presença das Nações Unidas naquele país, são significativas as diferenças entre as situações de 2004 e de 1994, quando o Conselho autorizou uma força multinacional a utilizar “todos os meios necessários” para restabelecer no poder o ex-presidente Aristide (...). Em 1994, como se pode ver na resolução 940, a força multinacional tinha caráter coercitivo e não estava satisfatoriamente supervisionada pelas Nações Unidas. Naquela oportunidade, o Brasil, que fazia parte do Conselho, preferiu abster-se na votação (SOUZA NETO, 2010, p. 258).

Ainda nesse contexto “1994 x 2004” o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim diferenciou os distintos momentos da seguinte forma:

[...] em 1994, a intervenção foi realizada para derrubar o governo (mesmo que esse governo fosse ilegítimo) por meio da formação de uma força multinacional com o aval da ONU, mas com comando dos Estados Unidos, já em 2004, a intervenção agiu frente a um vácuo de poder e uma ameaça de caos e se constituiu uma força da própria ONU. [...] a resolução de 1994 era uma resolução baseada na sua totalidade no capítulo VII, mas que a resolução 1542 seria de capítulo VI com um componente de capítulo VII para defesa das tropas. (SOUZA NETO, 2010, p. 258 - 259)

Para Seitenfus, levando em conta que o Ministro Celso Amorim era o Chanceler do Governo de Itamar Franco (1994) e do Governo Lula (2004), podemos considerar a afirmação de que a decisão brasileira de intervir no Haiti esteve ligada pelo forte engajamento do então Presidente da República (VERENHITACH, 2008, p. 56).

Nota-se que o Brasil alinhou sua política externa aos interesses do governo que comandava o país em cada momento aqui descrito. Claramente, o país adequou seu discurso de acordo com “a interpretação à Carta da ONU que lhe interessava”, sendo que em 2004, o componente “Intenção do Presidente da República” foi preponderante.

Divergências surgiram em âmbito nacional, quando o governo fundamentava sua participação no Haiti. “No Legislativo e em outras instâncias se questionou a validade de enviar tropas para aquele país, quando o Brasil enfrentava problemas de igual magnitude”. Ou seja, a discussão estava em torno dos recursos direcionados para a missão no Haiti, pois o Brasil também possuía problemas domésticos, como questões como segurança pública e pobreza. Após alguns debates, aliado a mensagem presidencial 205, de 2004, dirigida ao Congresso Nacional, foi solicitado autorização aos parlamentares para que o Brasil pudesse apoiar os graves

problemas do país caribenho. Além disso, os ministros da Defesa e das Relações Exteriores compareceram à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, visando dirimir as dúvidas ainda existentes. Após todo esse engajamento político, autorizou-se o envio de tropas ao Haiti, no total de 1.200 soldados, revezando-se a cada 6 (seis) meses, a partir de junho de 2004. (MIYAMOTO, 2008. p. 385)

Para entendermos as divergências no Legislativo, seguem-se alguns argumentos elencados por parlamentares opositores, que contestavam a legitimidade dos motivos que justificavam a atuação brasileira:

Alguns críticos questionaram a validade dos motivos do Brasil para atuar no Haiti – para esses parlamentares, o Governo brasileiro estaria agindo para agradar os EUA e legitimar um golpe de Estado promovido por Washington; ou estaria atendendo a um pedido do Presidente francês Jacques Chirac, sem refletir sobre a situação no terreno; ou ainda estaria obcecado por um assento permanente no CSNU e tencionaria provar sua capacidade para essa função a qualquer custo. [...] Um segundo grupo de críticas lamentava que recursos preciosos fossem empregados em outro país enquanto seriam indispensáveis no Brasil – posição simbolizada pela citação “o Haiti é aqui” da canção de Caetano Veloso. Uma terceira vertente sugeria que a crise haitiana teria natureza essencialmente social, e o desdobramento de militares não poderia solucioná-la, sendo necessário enviar suprimentos e profissionais da área de saúde e educação (UZIEL, 2010, p. 96).

O Ministro Celso Amorim procurou apaziguar as divergências vinculando o princípio da não intervenção com um princípio de não indiferença:

A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O governo do presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como a não indiferença. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo. (SOUZA NETO, 2010, p. 286)

A decisão de intervir no Haiti trouxe contestações ao Brasil. O argumento principal foi centrado no princípio da não intervenção, princípio clássico do direito internacional, que pontua os assuntos nacionais perante as relações exteriores por meio do dispositivo constitucional³⁸.

Segundo Verenhitach (2008, p. 60 a 66), o princípio da não intervenção está ligado ao conceito de soberania³⁹. Logo, a intervenção no Haiti pela ONU não pode ser direcionado a tal princípio, pois a “presença estrangeira no Haiti não viola a

³⁸ Princípio da não intervenção está inserido no Art 4º da CF/88, em seu inciso IV.

³⁹ Para a política, a soberania é o exercício da autoridade que reside num povo e que se exerce por intermédio dos seus órgãos constitucionais representativos. O Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora também define o conceito de soberania como sendo a autoridade suprema do poder público e como a alteza ou excelência não superada em qualquer ordem imaterial. Extraído do site <<<https://conceito.de/soberania>>>. Acessado em 16 Ago 18.

soberania do país”, pois foi o governo do país que solicitou à comunidade internacional uma cooperação, podendo ser tratada como “intervenção consentida”, com véis de “intervenção humanitária”, dentro de um cenário de não indiferença da comunidade internacional perante aos graves problemas enfrentados no país caribenho.

O princípio da não indiferença foi destacado pelo então presidente Lula como sendo um dos princípios pelos quais estava baseada a diplomacia brasileira durante o seu governo:

Não aceitamos como fato consumado uma ordem internacional injusta (...). Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática. (...) Em um mundo globalizado e independente, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo princípio da não indiferença. (SOUZA NETO, 2010, p. 286)

A decisão brasileira de intervir no Haiti estava alinhada em dois eixos divergentes, sendo um direcionado ao caráter humanitário e outro norteado pela projeção do poder internacional. “Tal dicotomia – ou ambivalência – reflete uma característica nada incomum à tradição de Política Externa Brasileira” (LAFER, 2001, apud SANTOS, 2014, p. 32).

Seguindo nessa linha, a decisão de intervir no Haiti também encontrou premissas na questão de responsabilidade do Estado perante a humanidade⁴⁰, na “busca pela reforma do Conselho de Segurança da ONU⁴¹, no possível fortalecimento dos laços políticos e econômicos com os países do CARICOM⁴², na “possibilidade de consolidação do Brasil enquanto liderança regional”⁴³ (VERENHITACH, 2008, p. 65 a 74).

Para Seitenfus (2007, p. 6 e 7), a decisão de enviar tropas para o Haiti foi correta, pois incentivou a “solução negociada através do sistema multilateral”, não defendendo interesse de cunho nacional. Com isso, o país esteve no Haiti “para servir às causas mais nobres da Humanidade”.

⁴⁰ Dentro dos aspectos dos direitos humanos.

⁴¹ Visando pertencer ao grupo de Estados-Membros com assento permanente.

⁴² Comunidade dos Estados do Caribe – bloco econômico composto por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Extraído do site << <http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/CARICOM.htm> >>. Acesso em 16 Ago 18.

⁴³ Pelo fato do Brasil chefiar a MINUSTAH, enquanto várias tropas latino-americanas integrarem a missão. (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, República Dominicana, Equador, Guatemala, Paraguai e Uruguai). Verificado “in loco” pelo autor deste trabalho.

Ainda destaca o autor que da “intervenção não pode sair nenhum proveito material para o Estado brasileiro, mas tão somente a satisfação de obedecer a um dever de consciência e de dar forma real a valores outrora não mais que retóricos”.

Os princípios da não intervenção e da não indiferença, dentro do caso MINUSTAH, foram longamente discutidos por diversos autores. Pode-se notar que as interpretações sobre esses princípios dependem do ponto de vista do analista. Particularmente, após termos participado da missão dentro do componente militar, podemos destacar que o Brasil prestou um serviço de apoio militar, visando proporcionar ao Haiti o reestabelecimento das condições mínimas de governabilidade, sempre respeitando as decisões do governo daquele país. Também prestou relevante serviço no campo humanitário, apoiando a população local e potencializando as ONG's estabelecidas no país.

5 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O EXÉRCITO BRASILEIRO DURANTE A MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O HAITI (MINUSTAH)

5.1 FASE DA IMPOSIÇÃO DA PAZ (2004-2006)

Em 1º de junho de 2004 iniciava-se a MINUSTAH, missão chefiada pelo General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Naquele momento, o efetivo estava fixado em 6.700 militares, distribuídos pela Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Portugal, Turquia e Uruguai⁴⁴.

De forma resumida, Barbalho (2014, p. 81), relata que os objetivos da MINUSTAH, dentro do escopo estabelecido pelo mandato do CSNU eram:

[...] dar apoio ao processo constitucional e político no Haiti, buscar assegurar a todos os cidadãos um ambiente seguro e estável; apoiar o governo de transição no monitoramento e reforma da PNH visando estabelecer em suas rotinas princípios democráticos de conduta; dar apoio a PNH em um programa de desarmamento, desmobilização e reintegração; auxiliar na realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais; e promover e proteger os direitos humanos.

O Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas, também levando em conta o mandato, listou as principais tarefas direcionadas à Força Militar da MINUSTAH em seus primeiros meses de missão:

- Prover segurança nas principais cidades e suas cercanias;
- Proteger instalações vitais;
- Prover segurança ao longo das principais rodovias;
- Impedir o engajamento de grupos armados em atos violentos;
- Proteger o acesso à infraestrutura humanitária;
- Apoiar a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a Polícia da ONU (UNPOL) no controle de distúrbios civis e de violência organizada;
 - Realizar ações de desarmamento em coordenação com a UNPOL e com a PNH;
 - monitorar os principais pontos de passagem na fronteira;
- Prover proteção às instalações humanitárias do governo e da ONU;
- Garantir a segurança e a liberdade de movimento do pessoal da ONU e seus afiliados;
 - Proteger, na máxima extensão possível, civis sob iminente ameaça de violência; e
 - monitorar o ambiente de segurança e da garantia da lei e da ordem, atuando preemptivamente para prevenir e impedir a escalada de ameaças à segurança (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 40).

Assim, podemos notar que a missão inicial do componente militar estava restrita aos aspectos da segurança do Haiti. Logo, estava clara a intenção do CSNU

⁴⁴ UNITED NATIONS - Department of Peacekeeping Operations. (United Nations Stabilization Mission in Haiti).

em estabelecer um ambiente seguro e estável com as Forças Militares, para poder auxiliar aquele país a reestruturar sua expressão política, econômica e psicossocial.

Nesse contexto, as tropas brasileiras iniciaram suas atividades realizando operações de patrulhas a pé e motorizadas, operações de cerco e vasculhamento, patrulhas marítimas, operações aéreas de reconhecimento e operações de pontos de controle (check points) (PINHEIRO, 2009, p. 19, apud SOUZA NETO, 2010, p. 252).

Ainda nesse tema, as tropas brasileiras atuaram de forma ostensiva em locais considerados de risco, como a favela de Cité Soleil (com 250 mil habitantes). Também, montaram bases no bairro de Bel Air, em julho de 2005, para a realização do censo da população e fornecer segurança pública. Entretanto, a “presença brasileira trouxe, por outro lado, uma série de acusações: de estupro feito por ONGs, em abril de 2005, e de desrespeito aos direitos humanos”. (MIYAMOTO, 2008. p. 386)

Segundo o Gen Div R1 Floriano Peixoto, a MINUSTAH encontrou um país com a população descrente da polícia por ser despreparada. Soma-se a isso, o desleixo do governo perante aos “ex-militares, desativados em 1994, sem qualquer medida compensatória de direitos adquiridos e um descontrole sobre armas militares”. Afirma ainda o Gen que a ONU tentou transmitir credibilidade para resolver os problemas, mas a população não se empolgava com a participação estrangeira, muito pelos anos anteriores de intervenção internacional pouco efetiva. (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 20).

Talvez, o descrédito do povo haitiano aos meses iniciais da MINUSTAH esteja vinculado a pouca eficiência da ONU em melhorar a qualidade vida da população. As tropas da MINUSTAH realizavam suas tarefas de segurança, mas isso era pouco para motivar a população do Haiti a enxergar um futuro mais promissor.

Tal situação foi exposta pelo Gen Heleno, quando passou o comando da missão ao Gen Urano, em agosto de 2005. O general Heleno afirmou que o Haiti estava com 80% da população em situação de desempregados e a ajuda internacional não era suficiente. Tal afirmação estava direcionada para o Canadá, os Estados Unidos e a União Europeia que haviam se comprometido em contribuir com cerca de US\$ 1 bilhão para a infraestrutura do país, mas auxiliaram apenas com a metade. (MIYAMOTO, 2008. p. 382 - 383)

Outra reclamação do Gen Heleno, segundo Verenhitach (2008, p.59) estava direcionada ao capítulo ancorado no mandato. “Apesar de estar autorizada pela resolução 1542 a utilizar o capítulo VII, a MINUSTAH foi caracterizada pelo uso de regras de capítulo VI”. Assim, as operações executadas possuíam características de manutenção da paz, mas a complexidade e o risco das tropas durante a missão necessitavam uma ampliação para missões com características de imposição da paz. O Gen Heleno assim se pronunciou sobre o tema:

Houve demora da maior parte dos contingentes dos países envolvidos em perceber que a missão era efetivamente uma missão de imposição da paz, e não simplesmente [de] manutenção da paz. Tal demora resultou em postura das tropas por vezes classificada como tímida, por relutarem em usar a força além da autodefesa, em interpretação excessivamente conservadora das regras de engajamento (PEREIRA, 2007 apud VERENHITACH, 2008, p. 59).

Para Lessa (2007, p. 30), missões de Imposição da Paz são atitudes motivadas pelo emprego de forças militares, visando a “restaurar ou manter a paz ou estabelecer condições específicas em uma área de conflito ou tensão, onde as partes envolvidas não consentem com a intervenção e estejam engajadas em confrontação bélica”.

Após pressão dos países envolvidos na MINUSTAH, inclusiva da Política Externa Brasileira em consonância com o Ministério da Defesa, o mandato foi ampliado para “missão de imposição da paz”. Assim, os contingentes puderam empregar táticas mais agressivas diante das gangues ou grupos armados instalados no Haiti.

Para facilitar a análise das tarefas realizadas pelos contingentes brasileiros, Lessa (2007, p. 82 a 96) compilou a atuação do 1º ao 4º Contingente em seu estudo. Assim, vamos apresentar baseado nesse trabalho, algumas peculiaridades dos anos iniciais de MINUSTAH:

- 1º Contingente > substituiu a MIF e procurou manter um ambiente de relativa paz em Porto Príncipe. A missão foi um pouco comprometida pela área de atuação ser superior a sua real capacidade, além de enfrentar algumas dificuldades logísticas.

- 2º Contingente > Reestruturou os limites de suas peças de manobra e mudou o modo de atuação, tornando as operações mais eficientes. Planejou e executou grandes operações nas áreas dominadas pelas gangues. Ocupou o Forte

Nacional e outras bases de combate, visando assegurar maior liberdade de circulação para a população. Empregou patrulhas móveis e leves, motorizadas e a pé, melhorando a sensação de segurança. Porém, a MINUSTAH sofreu grande resistência popular, pois o Governo Interino do Haiti (GIH) estava inerte e sem apoio popular, a Polícia Nacional do Haiti apresentava graves falhas de conduta e treinamento, além de algumas ramificações civis da própria MINUSTAH que insistiam em não assumir suas tarefas.

- 3º Contingente > Obteve sucesso na Operação Punho de Aço, em 06 de julho de 2005, em Cité Soleil, que resultou a morte de Dread Wilmé, líder de gangue conhecida no Haiti. Estabilizou a situação no bairro de Bel Air. Ocupou sete pontos fortes (pequenas bases de apoio) em todas as áreas de influência dos grupos armados. Incentivou as reuniões com os líderes comunitários, rompendo as barreiras entre o povo haitiano e a tropa. Promoveu atividades desportivas, musicais e culturais, visando aproximar ainda mais a tropa da população. Promoveram atividades vinculadas ao desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) em Bel Air. Nesse momento, a prefeitura, algumas organizações não governamentais (ONG) e agências da ONU começaram a realizar trabalhos importantes para a melhora da qualidade de vida da população. Assim, a população mudou seu posicionamento perante a tropa, mostrando mais confiança.

- 4º Contingente > Realizou operações tipo polícia e de combate, visando alcançar condições satisfatórias de normalidade institucional em Porto Príncipe, principalmente, para estabilizar o país no período eleitoral. Tais operações buscavam manter o nível de normalidade no bairro de Bel Air e estabelecer a segurança nos bairros de Cité Militaire e Cité Soleil.

Podemos notar que a atuação das tropas brasileiras na 1ª Fase da MINUSTAH estava ancorada em estabelecer a paz no Haiti, diminuir as ações das gangues, pacificar o ambiente interno para o período eleitoral e estabelecer um canal de confiança entre os militares e a população local. Tudo isso, melhorou os índices de aceitação do povo haitiano à missão da ONU e, por tabela, projetou positivamente o Brasil perante a opinião internacional.

Alinhado com essa ideia, a presença da companhia de engenharia de força de paz foi essencial para o sucesso da missão, pois foi empregada na realização de obras de infraestrutura, contribuindo com o objetivo de facilitar a circulação e o desempenho dos componentes da missão, além de se envolver nos projetos de

impacto rápido que empregaram mão de obra haitiana, as vezes no asfaltamento de ruas e estradas, outras na construção de pontes, reforma de praças, obras em escolas e abertura de poços artesianos. Tais atividades promoveram grande visibilidade ao Brasil e contribuem para uma visão favorável da população local em relação à missão. (SOUZA NETO, 2010, p. 252).

5.2 FASE DE MANUTENÇÃO DA PAZ (2006-2010)

Após um início difícil para as tropas da MINUSTAH, situação que levou ao CSNU elevar o grau da missão para Operações de Imposição da Paz, aos poucos a situação de normalidade foi se reestabelecendo. Assim, a partir de 2006, as tarefas dos militares no Haiti retornaram para a situação de Operações de Manutenção da Paz, com enfoque de manter o ambiente seguro e estável para que o governo daquele país pudesse ter tranquilidade e ampliar sua governabilidade.

Segundo Lessa (2007, p. 29) Operação de Manutenção da Paz são atividades de cunho militar, policial e civil para apoiar a regulamentação de acordos com o intuito de findar as hostilidades entre as partes do conflito. “Tem como princípios básicos: o consentimento das partes, a imparcialidade, o uso mínimo da força limitado à autodefesa, e o caráter voluntário de participação dos Estados-Membros”.

Nesse contexto, auxiliado pelos órgãos governamentais e/ou organizações internacionais, a MINUSTAH, ancorado nas tropas brasileiras, programou ações secundárias que visavam melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento social dos bairros. Assim, ressalta-se o Projeto Rui Barbosa⁴⁵, o Projeto Mão Amiga⁴⁶, o Projeto Esporte pela Paz⁴⁷, além de “atividades relacionadas a trabalhos de pavimentação de ruas, coleta de lixo, distribuição de alimentos, atendimento médico, entre outros”, todos visando ampliar a missão militar imposta pela ONU. (LESSA, 2007, p. 100 a 102).

⁴⁵ Visava “capacitar os jovens no idioma português, fortalecendo os vínculos de confiança e afetividade da população com a tropa brasileira e permitindo que possam conseguir emprego junto a ONU como intérpretes”.

⁴⁶ Visava proporcionar atividades de cunho educacional, cultural, social e recreativo, para jovens de 10 a 16 anos, procurando retirá-los das influências das ruas e proporcionar um futuro próspero, fortalecendo os vínculos de confiança e afetividade da população com a tropa brasileira.

⁴⁷ “Implementado no Complexo Desportivo da Praça da Paz, reformado pelas tropas brasileiras, onde funciona uma escolinha de futebol com jovens da comunidade de Bel Air”.

Segundo Corbellini (2009, p. 107), “a realização de eleições em 2006 pode ser entendida como um bom indício de que o Haiti caminhava para a consolidação de um processo democrático, sendo esta a maior conquista do período”.

Para o comandante do oitavo contingente do batalhão brasileiro na MINUSTAH, Cel Luiz Guilherme Paul Cruz, as atividades da MINUSTAH não estavam representadas por uma “missão de paz clássica, mas sim de uma missão complexa, situada em um ambiente de violência urbana generalizada” onde a conduta das frações militares necessitava demonstrar muita coordenação e treinamento (SOUZA NETO, 2010, p. 246).

Assim, pode-se pontuar que a participação brasileira no Haiti iniciou com um grande interesse em posicionar o país como um postulante à cadeira de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, a missão se caracterizou por privilegiar não só as ações operacionais de cunho estritamente militar, como também por várias ações complementares. Podemos destacar a envio de aproximadamente 200 engenheiros militares brasileiros, com equipamentos para ajudar em obras de infraestrutura, melhorando as ruas, pavimentando o asfalto, furando poços, e realizando assistência técnica em agricultura e energia. Nesse ínterim, Brasil, Argentina e Chile estabeleceram, em abril de 2006, “quatro grandes eixos de atuação: fortalecimento da governabilidade democrática; emergência social; criação de uma economia viável; elaborar estratégia de continuidade de ações de colaboração”. (MIYAMOTO, 2008. p. 386)

Entretanto, a versatilidade da tropa perante o desafio de manter o Haiti seguro e estável não era garantia de total sucesso, pois os problemas internos, trazidos por anos de distúrbios graves em diversos setores, afastavam a MINUSTAH do sucesso pleno.

Segundo Corbellini (2009, p. 102), a degradação do Exército do país caribenho em 1994 auxiliou na desestruturação da Polícia Nacional do Haiti (PNH), pois as duas instituições eram ligadas historicamente. A PNH fora empregada como instrumento de violência contra a população e assim, potencializou sua descrença perante a sociedade. Além disso, “muitos policiais passaram a fazer parte de diversos grupos armados, assim como ex-oficiais. A instituição policial foi esvaziada, e a ausência de policiais acabou contribuindo para o escalonamento da violência”.

Nesse sentido, a autora afirma que a reestruturação da PNH, tendo a MINUSTAH como um ator relevante no que tange ao treinamento e suporte

operacional para as missões policiais, foi “tema de fundamental importância para o restabelecimento de um ambiente pacífico no Haiti”.

Dentro dos avanços da missão militar, o *Force Commander* da MINUSTAH, Gen Santos Cruz, relatou no dia 23 de maio de 2007 à agência oficial brasileira de notícias que, no início de março daquele ano, todo o território do Haiti havia sido retomado pela MINUSTAH. O General Santos Cruz seguiu afirmando que:

[...] desde fevereiro e maio de 2004, quando chegaram as primeiras tropas da missão, certos bairros de Porto Príncipe permaneciam inacessível às autoridades de segurança do país. Segundo o general, foram necessários três anos de ação da MINUSTAH para permitir que o governo haitiano retomasse a sua presença em todo território. O último bairro a ser reconquistado foi o bairro de Cité Soleil, considerado reduto de gangues criminosas que apoiavam Aristide. Segundo o general, foi necessário uma ofensiva que incluiu diversas operações entre dezembro de 2006 e março de 2007 para recuperar Cité Soleil. O general lembrou ainda que, no ano de 2006, o presidente eleito René Préval tentou negociar com as gangues pedindo a suspensão das ofensivas militares, o que aumentou o clima de segurança e a ocorrência de sequestros. Com o fracasso das negociações a partir de dezembro de 2006, o governo de Préval pediu que a MINUSTAH voltasse a realizar operações militares em Cité Soleil (SOUZA NETO, 2010, p. 248).

O mesmo autor menciona a declaração DSRSG⁴⁸ Luís Carlos da Costa, no dia 27 de maio de 2007, para a agência oficial brasileira de notícias, reconhecendo que:

[...] a estimativa da ONU era que a MINUSTAH teria que se estender por no mínimo mais quatro anos. Segundo o funcionário, uma das tarefas importantes era a reforma da Polícia Nacional Haitiana, prevista para ser concluída em 2011, e necessária para que o Estado haitiano assumisse as funções de garantia de segurança. A manutenção de um ambiente seguro e estável foi lembrada na mesma ocasião pelo funcionário como uma forma de se estabelecer um clima de estabilidade, que permitiria iniciativas voltadas ao desenvolvimento.

Com isso, em 15 de outubro de 2007, a Resolução Nr 1780, do CSNU, o mandato da MINUSTAH foi ampliado, sendo adicionado o “combate ao tráfico de drogas, pessoas e armas e o aumento na segurança dos acessos aéreos terrestres e marítimos ao Haiti”. Assim, a designação do patrulhamento das fronteiras sinalizava o novo alinhamento da missão para combater os problemas de tráfico de drogas, contrabando de armas e migração ilegal. (SOUZA NETO, 2010, p. 249)

A cada mandato, novos desafios eram lançados para gerenciamento dos componentes da ONU na missão. Dentro do componente militar, a situação de

⁴⁸ Deputy Special Representative of the Secretary General. Pode ser traduzida como Representante Especial Adjunto do Secretário Geral (tradução nossa).

segurança interna já estava bem evoluída nos anos de 2007 e 2008. Questões na fronteira ainda traziam preocupações aos integrantes da MINUSTAH. Entretanto, estava muito bem encaminhada a situação da estabilização da segurança interna do país. Assim, visando galgar mais um degrau no amadurecimento da Nação-Estado, iniciaram-se os trabalhos para sistematizar uma nova eleição no Haiti.

Nesse escopo, o mandato da missão foi estendido por mais um ano em 19 de outubro de 2009, conforme a resolução 1892 (S/RES/1892), que acrescentou “à missão a tarefa de dar suporte ao processo político no Haiti através da provisão de assistência material e logística para as eleições antecipadas de 2010” (CARDOSO, 2015 p. 48).

Entre 2006 e 2009, o trabalho da MINUSTAH, comandada pelo Brasil, esteve ligado à “reconstrução político-institucional do Estado haitiano”, procurando incentivar o diálogo político. Também foi caracterizado pela “assistência, organização e execução das eleições parlamentares e presidenciais no Haiti, no desenvolvimento e profissionalização da PNH e na redução da criminalidade e das violações aos direitos humanos do povo haitiano” (DE ARAÚJO, 2015, p.74).

Após intensas atividades realizadas pela MINUSTAH no Haiti desde 2004, o *Force Commander* – Gen Floriano Peixoto considerou, em dezembro de 2009, que a situação de segurança no Haiti como estabilizada, pelo fato das gangues terem sido neutralizadas em áreas como Cité Soleil, Bel Air, Cité Militaire, Carrefour e Martissant. O Gen Floriano Peixoto destacou também:

[...] a importância de um esforço de manutenção do controle no país com atuações conjuntas com as forças policiais. [...] a realização de ações cívico-sociais tem possibilitado uma aproximação entre as tropas da MINUSTAH com a população local. [...] a resolução 1892⁴⁹ implica o estabelecimento de um plano de reconfiguração do componente militar da MINUSTAH, dividido em quatro fases: a primeira relacionada com a criação de um componente marítimo à missão (com embarcações uruguaias já cedidas em dezembro de 2008); a segunda fase envolvendo o desdobramento de tropas falantes de espanhol para a fronteira com a República Dominicana para auxiliar no controle da fronteira; e as duas últimas fases, envolvendo uma reestruturação do desdobramento das tropas no território haitiano, caracterizado [...] pelo “posicionamento de tropas de mesma origem obedecendo aos limites administrativos dos departamentos haitianos”, e também a “otimização das estruturas de pessoal e material, com a substituição de veículos blindados leves por viaturas leves” e o emprego de material anti-distúrbio (munição não letal) (VIEIRA NETO, 2009, p. 29, apud SOUZA NETO, 2010, p. 250)

⁴⁹ No dia 13 de outubro de 2009, por meio da resolução 1892, o Conselho de Segurança decidiu renovar a MINUSTAH por mais um ano (até 15 de outubro de 2010) com a intenção de renovação no futuro. O Conselho determinou, ainda, que a missão mantivesse o mesmo número de forças da sua composição atual (6.940 tropas e 2.211 policiais).

Segundo Santos (2014, p.42), o cenário vislumbrado para o Haiti, no ano de 2010, direcionado para uma melhora da qualidade de vida para a população, fruto do “trabalho conjunto das autoridades haitianas, da ONU e da comunidade internacional”. A violência estava controlada, principalmente a violência advinda do setor político, “a segurança pública estava próximo de ser restabelecida, após uma importante redução da atividade delituosa”. Além disso, havia liberdade de imprensa e ascensão da economia, mesmo com a crise econômica mundial (SANTOS, 2014, p. 42).

Ou seja, após mais de 05 (cinco) anos de trabalho, o protagonismo das tropas brasileiras na resolução dos graves problemas internos no Haiti, renderam a projeção internacional almejada pela Política Externa Brasileira quando da decisão de participar de forma incisiva da missão no país caribenho. As tarefas específicas do componente militar, aliadas às missões cívico-sociais executadas pela MINUSTAH, com ênfase na participação do Exército Brasileiro, proporcionaram uma evidente evolução na situação psicossocial e política, além de uma discreta ascensão econômica. O Haiti estava pronto a passar para uma nova fase em sua história.

Pena que a situação mudou drasticamente no dia 12 de janeiro de 2010, dia do terremoto.

5.3 FASE DA AJUDA HUMANITÁRIA PÓS-TERREMOTO E MANUTENÇÃO DO AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL (2010-2017)

No dia 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu um violento terremoto, de magnitude 7.0 na Escala Richter representando um nefasto retrocesso para o país.

Segundo Santos (2014, p. 43), a Capital Porto Príncipe foi destruída pelo terremoto, a infraestrutura do país ficou gravemente abalada e a economia, já com pouca expressividade, diminuiu ainda mais de tamanho, impedindo os “trabalhos de reconstrução do país”. Outro fator desastroso advindo do terremoto, do ponto de vista da MINUSTAH, foi que “o desastre conduziu o país a um clima de incerteza política, interrompendo um período de relativo progresso até a celebração das eleições gerais programadas para fevereiro de 2010”.

O Palácio Nacional, sede do governo haitiano, foi danificado, sendo necessário estabelecer uma sede provisória em instalação próximo ao aeroporto,

com muito pouca capacidade de gerenciar crises. Com isso, O Haiti solicitou auxílio aos Estados Unidos da América (EUA), “e este imediatamente iniciou o envio de ajuda humanitária e de equipes que assumiram o controle do porto e do aeroporto de Porto Príncipe, facilitando o recebimento da ajuda internacional”. (PINHEIRO, 2010, apud LIMA, 2017. P 40).

Aguilar (2014) afirma que a “Polícia Nacional Haitiana (PNH) teve 75 policiais mortos e 74 desaparecidos, além de centenas de feridos”. Como resultante, todo o adestramento específico da PNH foi suspenso, pois a quantidade de campos de desabrigados criados foi enorme e, com isso, o policiamento precisou ser intensificado devido “ao retorno de gangues, tráfico de crianças e sequestros. Cabe destacar que cerca de 4000 detentos fugiram do sistema prisional, incluindo vários ex-integrantes de gangues” (LIMA, 2017, p 40).

O Quartel General da MINUSTAH desabou no terremoto, tendo como resultado a morte de mais de 100 funcionários, sendo a maior perda na história da em um só evento. (AGUILAR, 2014). Cabe destacar “a morte de 21 brasileiros, sendo 18 militares do Exército Brasileiro e 3 civis, entre estes últimos a Dra. Zilda Arns e o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU no Haiti, Luiz Carlos da Costa”. (SANTOS, 2014, p. 43). Entretanto, “mesmo diante de várias perdas, as tropas da ONU agiram rapidamente buscando reduzir o sofrimento da população haitiana” (ROMÃO, 2012, apud LIMA, 2017, p.40).

“O terremoto causou mais de 220.000 mortos, entre eles 102 funcionários da ONU, milhares de feridos e incapacitados permanentemente, e 1,5 milhões de pessoas perderam suas casas”. (SANTOS, 2014, p. 42)

Segundo Oliveira (2016), o “terremoto de proporções catastróficas trouxe caos ao país caribenho que já enfrentava dificuldades na busca da paz social”. Tal situação elevou o desafio das tropas de Operações de Paz, em especial às tropas brasileiras, pois o país liderava a MINUSTAH e possuía um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT 1).

O relatório de emprego do 11º contingente militar brasileiro afirmava que a “situação na Área de Responsabilidade (AOR) do BRABAT 1 era considerada segura e instável, pois instalações prisionais e a Penitenciária Nacional foram destruídas”, tendo como resultado a fuga de diversos presos, “que furtaram

armamentos da PNH da penitenciária”. Além disso, várias Comissarias da Polícia Nacional Haitiana⁵⁰ foram completamente destruídas (LIMA, 2017, p. 48).

Santos, (2014, p. 43) afirma que as Nações Unidas prontamente iniciaram operações de socorro de emergência. Foram realizadas operações de busca e salvamento, estabelecimento de hospitais de campanha e prestação de apoio “às atividades vitais de assistência e de restabelecimento da infraestrutura básica”.

Com o agravamento da situação no Haiti, dentro de aspectos humanitários, o CSNU expediu a Resolução 1.908, de 4 de junho de 2010, decidindo “aumentar as forças empregadas no Haiti para dar apoio imediato à recuperação e reconstrução do país após o desastre natural” (CARDOSO, 2015 p. 48).

O mesmo autor destaca a pronta resposta do governo brasileiro à solicitação da ONU, tudo dentro do escopo da Política Externa Brasileira em vigor à época, aumentando o contingente brasileiro e contribuindo no esforço da comunidade internacional nas ações de assistência humanitária ao povo haitiano.

Vários países apresentaram formalmente ao Secretariado das Nações Unidas ofertas para reforçar o contingente militar da MINUSTAH. Segue abaixo os países que se voluntariaram até o final de janeiro de 2010:

Brasil (900 militares), República Dominicana (150 militares), Coreia do Sul (Uma companhia de Engenharia com 217 integrantes), Jordânia (150 militares), Japão (Uma companhia de Engenharia com 200 integrantes), Jamaica (150 policiais), Bahamas (60 policiais) e Guatemala (50 policiais), além da Argentina, Uruguai, Peru, Grécia, Chile, Bolívia e Sri Lanka. (AGUILAR, 2014, apud LIMA, 2017, p. 43).

Assim, além do BRABAT 1, o Brasil estabeleceu o BRABAT 2, mais uma companhia de engenharia, chegando a um total de 2.221 militares. “Os militares do BRABAT 2 começaram a chegar no Haiti no mês de fevereiro de 2010”. A missão inicial do BRABAT 2 estava norteadada pela assistência humanitária. Após algum tempo, os Batalhões Brasileiros foram destinados para retomar as missões de segurança, com uma nova missão, a de controlar os campos de desabrigados (AGUILAR, 2014, apud LIMA, 2017, p. 46).

Vale destacar que muitos haitianos perderam suas casas no terremoto. Com isso, foram criados milhares de *IDP's*⁵¹ pelo país. Tais campos de desabrigados possuíam estrutura precaríssima de saneamento básico. As instituições haitianas, auxiliadas pela ONU e por Organizações Não Governamentais (ONG) tinham muita

⁵⁰ Delegacias da Polícia do Haiti.

⁵¹ Internally Displaced Persons (Pessoas Internamente Deslocadas – tradução nossa).

dificuldade em cadastrar e organizar as pessoas, por problemas de relacionamento entre as lideranças locais, além da calamidade natural que a missão apresentava. Problemas como prostituição eram recorrentes naqueles locais. Além disso, os setores envolvidos possuíam uma tremenda dificuldade em resolver o problema, por ter sido de proporções gigantescas dentro de um país já deficiente.

Naquele momento, a MINUSTAH canalizou a maioria de seus esforços na preservação dos resultados alcançados até a estabilização do país, procurando minimizar a transição até a reconstrução em longo prazo. Ao Estado coube a responsabilidade de estabelecer qual o rumo a ser tomado para a saída do Haiti daquele grave problema. A comunidade internacional apoiou “com assistência técnica, operacional e logística de maior amplitude para apoiar a população. À MINUSTAH coube fornecer apoio a esse processo, por meio de ajuda humanitária, proteção da população e reconstrução do país”. (SANTOS, 2014, p. 43).

Concomitante a isso, outro vetor da assistência humanitária mundial chegava ao Haiti. Ao todo, mais de mil ONG's participaram do pós-terremoto de 2010. Com isso, devido ao grande volume de atores envolvidos na tragédia, sentiu-se a necessidade de ser mais efetiva na coordenação das atividades. Devido à a capacidade precária de gerenciamento de crise do governo haitiano, a MINUSTAH assumiu, na prática, a coordenação dos trabalhos, “permitindo maior rapidez nas ações das equipes de busca e resgate, de distribuição de donativos e estabelecimento de hospitais”. (AGUILAR, 2014, apud LIMA, 2017, p. 41).

De forma sistemática, a retórica da Política Externa Brasileira, durante o biênio 2010/2011, estava centrada na problemática do pós-terremoto, procurando estabelecer normas e estratégias para superar as demandas do Haiti. “Para o Brasil, as conferências e doações para o restabelecimento haitiano deveria incorporar estratégias que refletissem as necessidades institucionais e sociais enfrentadas pelos haitianos” (DE ARAÚJO, 2015, p. 75).

O relatório de emprego do BRABAT 2, 14º contingente, registrou-se a seguinte apreciação do momento vivido em 2011:

[...] observa a manutenção de um bom relacionamento com algumas ONG, como a Viva Rio (brasileira), a Tzu Chi (taiwanesa) e a Infancia Sin Fronteras (espanhola), e com agências civis da ONU, como a Civil Affairs Office, nas ações de ajuda humanitária e elaboração de QIP, como se verificou nas atividades de reforma e distribuição de gêneros realizadas no Orfanato Soldadinho da Paz, em Croix Des Bouquets, no Campo de deslocados Petionville Golf Club, e das atividades nas escolinhas de futebol

em Delmas, contribuindo para o fortalecimento do Brasil diante da comunidade internacional (LIMA, 2017, p. 59).

A visão da Política Externa Brasileira, destacada pela Embaixadora Maria Luiza Viotti, citada por De Araújo (2015, p. 76 e 77), no pós-terremoto, merece uma atenção especial. Para o Brasil, dentro do plano da segurança, a MINUSTAH deveria se concentrar no apoio à PNH, mantendo as condições de segurança do Haiti e treinando suas capacitações policiais, sendo, inclusive, “favorável às recomendações do Secretário Geral no que se refere à ampliação do contingente policial” (Viotti, 2010a, p. 8). Assim, a MINUSTAH estaria trabalhando no processo de “reestruturação e controle da ordem doméstica”, contribuindo para que o governo haitiano reorganizasse o país dentro de um ambiente mais estável.

O mesmo autor relata que em “setembro de 2010, o Brasil declarou no CSNU que a MINUSTAH deveria estabelecer mecanismos de auxílio aos deslocados internos vitimados pelo terremoto que se tornaram a população mais vulnerável do Haiti”.

A Embaixadora também destacou que o Brasil visualizava como positivas as atividades da MINUSTAH, entretanto com ressalvas, pois a missão deveria procurar acelerar algumas das medidas estratégicas, ressaltando: “avançar nos processos de remoção dos escombros provocados pelo terremoto, realizar a identificação e preparação dos terrenos para o reassentamento e aplicação imediata de projetos destinados à reconstrução”.

Dessa forma, a delegação brasileira alegou que os avanços até então alcançados pela MINUSTAH se relacionavam ao fato de se ter aglutinado em algumas estratégias os campos do desenvolvimento social e econômico aos da segurança como questões-chaves para o notável êxito da missão em campo. Destarte, o Brasil foi favorável à prorrogação do mandato da MINUSTAH ao considerar que a proposta de redução do contingente das tropas para os níveis pré-terremoto seria compatível com os recursos disponíveis para a atuação da operação em campo (DE ARAÚJO, 2015, p. 79 e 80).

Assim sendo, o 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do contingente brasileiro, Batalhão ativado por conta do terremoto de 12 de janeiro de 2010, foi desmobilizado a partir de 6 de junho de 2013, após o Conselho de Segurança das Nações Unidas certificar que o Haiti apresentava melhores condições para prosseguir na sua reconstrução. “Com isso, houve uma redução de efetivo do componente militar e apenas um Batalhão de Infantaria brasileiro permaneceu em território haitiano”. (BRASIL, 2013b, apud LIMA, 2017, p. 61).

Cabe salientar a experiência do autor deste trabalho no Haiti, que entre os meses de abril e novembro de 2012, compôs o 16º Contingente do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz, Comandado pelo Sr Cel Inf Paulo Cezar Leal. Coube ao autor, a nobre missão de comandar a 1ª Companhia, que por força do destino foi destacada para a Base do Forte Nacional, encravada no Bairro de Bel Air, na capital Porto Príncipe.

Dentre as atividades realizadas naquela missão, pode-se destacar no campo operacional: Patrulhas diurnas e noturnas, Check Points, Static Points, Operações de Cerco e Vasculhamento, Operações Conjuntas com a PNH e a UNPOL (Polícia das Nações Unidas) que variavam desde patrulhas até operações para apreensão de armamento, munição, drogas e detenção de pessoas pertencentes às gangues remanescentes, Apoio às Operações Psicológicas, Operações de Controle de Distúrbios, Patrulhamento específico nos IDPs e sítios históricos do país e Operações de segurança para os trabalhos da Companhia de Engenharia na reconstrução de vários locais do país.

No campo das atividades humanitárias, foram desencadeados naquela missão os seguintes apoios: Operações Cívico-Militares em bairros carentes e em escolas do ensino infantil e fundamental, Operações de entrega de água a ONGs brasileiras na região portuária de Porto Príncipe, Segurança Aproximada de ONGs em atividades de cadastramento de pessoal nos IDPs, Apoio à população por advento da passagem do Furação Ernesto e Sandy.

Outras atividades, entendidas como missões deduzidas da missão principal, também foram realizadas: reunião de líderes locais, reunião de apoio à coordenação das Comissarias da Polícia Nacional do Haiti, auxílio na remoção de escombros do terremoto ainda existentes em Porto Príncipe, atendimentos à população no Posto de Saúde da Base. Destaca-se o nascimento de 06 (seis) crianças no Forte Nacional durante aqueles 08 (oito) meses de 2012, além de várias evacuações para os Hospitais da Cruz Vermelha e da rede haitiana.

Após a redução do efetivo de militares no Haiti em 2013, as atividades militares foram alinhadas para a manutenção do ambiente seguro e estável, visando proporcionar ao governo haitiano as condições necessárias para que as tropas internacionais pudessem encerrar a missão.

Em 2016, um pouco antes do término da missão pela ONU, um furacão com grande força devastou a costa do País, havendo uma nova pronta resposta das

tropas brasileiras. O então *Force Commander* da MINUSTAH, General Ajax Porto Pinheiro, enviou o comando do Brasil com cerca de 330 soldados brasileiros para as cidades mais destruídas pelo furacão Matthew, que deixou mais de 1.000 mortos (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Valença (2016, p. 56) com a ascensão de Michael Temer ao cargo de Presidente da República, o Brasil mudou a postura quanto às relações exteriores dos últimos 15 anos. O país reduziu sua ambição e focou seus esforços nas questões com potencial mais realistas as pretensões nacionais. Portanto, o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU perdeu força, enquanto acordos comerciais bilaterais e no âmbito da OMC constituíram a tônica da nova política externa.

Em 2017, a MINUSTAH foi encerrada. O CSNU estabeleceu uma missão de apoio judiciário ao Haiti (MINUJUSTH), apenas com civis e policiais.

6 PONTOS FORTES E OS POSSÍVEIS ÓBICES DA ATUAÇÃO DO EB COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

6.1 PONTOS FORTES

O emprego do Exército Brasileiro no Haiti trouxe vários aspectos positivos ao país, principalmente para a experiência dos diplomatas e militares em operações internacionais.

Entretanto, começaremos a análise desses pontos positivos pelo campo político de defesa. Quando ocorreu a intenção e decisão de mandar tropas brasileiras ao Haiti, um grande debate nacional foi iniciado, sendo uma das pautas, aquela ligada à Defesa Nacional.

Claro que o Brasil possuía discussões sobre o tema, mas, talvez por coincidência ou por estratégia, a Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa só foram aprovados a partir de 2005, ano em que o Brasil já estava no Haiti.

No ano de 2004 e 2005, o Brasil despertou para o tema Defesa Nacional. A população começou a ver seus filhos partindo para missão. Já tínhamos participado de outras missões no passado, entretanto, foi no Haiti que a mídia se fez mais presente, dando visibilidade a atuação das tropas brasileiras.

Assim, uma nova legislação foi apresentada em 2005, sendo atualizada nos anos anteriores, discutindo o tema da Defesa Nacional. Embutidos nesses documentos estavam algumas normas, regras e intenções do Brasil para as missões internacionais.

A Política Nacional de Defesa (PND)⁵², editado em 2005 e atualizado em 2012, trás os seguintes Objetivos:

5.7 O Brasil defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações . Nesse sentido, defende a reforma das instâncias decisórias internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, representativas e eficazes, fortalecendo o multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e os instrumentos para a solução pacífica de controvérsias .

5.12 O Brasil atua na comunidade internacional respeitando os princípios consagrados no art. 4º da Constituição, em particular os princípios de autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos . Nessas condições, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), participa de operações de paz,

⁵² A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los.

sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais.

Nesse contexto, a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁵³, atualizado em 2012, promove princípios constitucionais como valores inerentes à identidade nacional, afirmando a renúncia do Estado brasileiro à busca por hegemonia:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

Em consonância com a PND, a diretriz nº 19, da END (BRASIL, 2012) determina que o Brasil se comprometa em:

Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil. Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

A diretriz acima estabeleceu outra ação estratégica, no campo das operações internacionais, também constantes da END:

Promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações internacionais em apoio à política exterior, com ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de organismos multilaterais da região.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)⁵⁴ (2012), expressa-se da seguinte forma:

Meta 3 — Participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País (BRASIL, 2012, p. 24).

Nessa nova distribuição mundial de poder, o Brasil deve contribuir com suas ações e posições para uma multipolaridade de caráter cooperativo, condizente com sua histórica defesa da integridade normativa do sistema internacional (BRASIL, 2012, p. 31).

Segundo Miyamoto (2008. p. 365), o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, órgãos do governo mais interessados no assunto de Defesa, procuram trabalhar em comum acordo. Nota-se que Ministério das Relações

⁵³ A END estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política.

⁵⁴ O *Livro Branco* é um documento público, em forma de livro, que expõe a visão do governo sobre o tema da defesa, a ser apresentado à comunidade nacional e internacional. Informação disponível em <www.senado.gov.br/>. Acesso em 06 Ago 18.

Exteriores sinaliza o emprego das Forças Armadas como instrumento da política externa, projetando o país como importante agente internacional. Por outro lado, O Ministério da Defesa aproveita a situação para proporcionar oportunidade aos militares em participar de ações operacionais para as quais treinaram a vida inteira, mas com poucas possibilidades de serem colocadas em prática.

Tais assertivas são claramente factíveis, pois dentro do cenário de projeção internacional de um país, levando em conta a teoria realista, destacada por Aron (1962, apud Santos, 2014, p. 49), “somente diplomatas e soldados atuam como legítimos representantes das sociedades a que pertencem. Na ótica deste autor, diplomacia e poder militar se complementam, ainda que guardem campos opostos de atuação”.

Segundo Lessa (2017, p. 38) “o Exército Brasileiro quando empregado em operações de manutenção da paz, atua como precursor da Política Externa Brasileira, obtendo variado número de benefícios para a Força Terrestre (FT)”.

Assim, podemos notar que o advento da MINUSTAH proporcionou ao Brasil uma evolução nos aspectos referentes à Defesa Nacional, participação em Missões Internacionais e maior interação entre o Campo Político e Campo Militar, dentro de uma estratégia de projeção nacional.

Para Gratius (2008, p. 6) citado por Souza Neto (2010, p. 250), a MINUSTAH revelou nascer de um mandato “mais político-social do que militar”, sendo a primeira missão dentro da América Latina com pretensões de “atacar as causas (a fragilidade do Estado) e os sintomas do problema (o conflito violento)”. Segue a autora afirmando que o comprometimento dos “países sul-americanos com o MINUSTAH permitiu pela primeira vez vincular o Haiti à agenda latino-americana e percebê-lo como parte da geografia e da identidade cultural da América Latina”.

Nesse aspecto, nota-se que os países da América Latina ganharam a oportunidade ímpar de unir esforços para apoiar outro país da mesma região. Além disso, a América do Sul saiu de sua confortável atuação regional e expandiu suas relações com a América Latina. Assim, podemos afirmar que, dentro de uma visão holística, a MINUSTAH apoiou o HAITI, Estado-Nação com sérias dificuldades de sustentação, promoveu a interação das relações entre os países da América do Sul e por fim, ampliou tais interações para os países da América Latina.

A criação da MINUSTAH ascendeu uma luz de alerta no Ministério da Defesa, pois o país não possuía um grande centro de treinamento especializado em missões

internacionais. Desde a missão em Angola, no ano de 1994, a Unidade Militar que se preocupava com as especificidades das Operações de Paz no Brasil, era o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, localizado em São Leopoldo – RS. Entretanto, o país necessitava expandir a doutrina, os treinamentos e avaliações referentes ao tema. Assim, em 23 de fevereiro de 2005, o Comandante do Exército criou, através da Portaria Nr 90, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com o objetivo de preparar os militares designados para missões de paz, sob a orientação do Comando de Operações Terrestres (COTER)⁵⁵. Em 15 de junho de 2010, o Ministério da Defesa designou o Centro de Instrução de Operações de Paz para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz, alterando sua denominação, para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

As tropas brasileiras conseguiram criar, ao longo do tempo, certa empatia com a população a população haitiana, “seja pela forma de comportamento, seja pela identificação com esportes como o futebol, que tem grande penetração no Haiti”. Assim, esse ponto positivo da missão, transbordou o país caribenho e encontrou eco na sociedade brasileira, que começou a aceitar a ideia de que as Forças Armadas poderiam atuar no cenário interno, “no combate a situações agudas em cidades como Rio de Janeiro, motivando discussões, já que esta não seria uma de suas tarefas” (MIYAMOTO, 2008. p. 388).

Nesse ínterim, podemos destacar a Operação Arcanjo, realizada na Comunidade da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, iniciada no mês de dezembro de 2010. Essa operação teve como integrantes, muitos militares veteranos da MINUSTAH, com grande experiência operacional, pois o cenário da missão guardava semelhanças com as favelas de Porto Príncipe, capital haitiana.

Em contrapartida, este autor participou da Operação Arcanjo III, entre os meses de maio e agosto de 2011, quando a dinâmica foi inversa. Os militares presentes na Operação receberam treinamento específico de Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Centro de Instrução para este fim, situado em Campinas – SP. Após a vasta experiência obtida nas comunidades cariocas, os

⁵⁵ Órgão de Direção Setorial do Exército que orienta e coordena o preparo e o emprego da força terrestre, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército e do Estado-Maior do Exército.

militares foram selecionados para participar do preparo e emprego na MINUSTAH, em 2012.

Assim, podemos ressaltar que a MINUSTAH proporcionou experiência para os militares brasileiros serem empregados nas missões internas do país, trazendo segurança às autoridades em determinar o emprego do Exército Brasileiro em Operações de GLO, que possuíam características até certo ponto similares à missão no Haiti. Num segundo estágio, após serem sistematicamente treinados, os militares puderam ser empregados nas missões internas para ganhar experiência, visando o embarque para o Haiti.

Segundo De Carvalho, nos 13 anos de missão no Haiti, todas as regiões do Brasil tiveram a oportunidade de enviar soldados ao Haiti. Essas tropas puderam realizar intercâmbio cultural com os haitianos. E essa troca de experiência, aproximou os povos, pois nas atividades cívico-militares, principalmente através da música, os brasileiros empregaram uma arma pacificadora – a música brasileira. Os militares funcionaram “como verdadeiros embaixadores musicais do país” (HAMANN; TEIXEIRA, 2017. p. 47 a 51).

As missões de paz trazem um “enorme ganho doutrinário devido ao emprego de nossas tropas em um ambiente de missão real”, pois permite o desenvolvimento de um treinamento de combate em ambientes urbanos, propicia o “aperfeiçoamento da inerente capacidade do soldado brasileiro de interagir com a população local”, dentro do respeito à cultura e costumes locais, buscando com isso, a confiança da população pelo emprego do chamado “Brazilian Soft Power” (EMCFA, 2016, p.3).

Além da capacidade de confraternizar com o povo haitiano, o Brasil desenvolveu a capacidade de operar e manter, por 13 anos, “uma tropa com mais de 1.000 homens, a distâncias continentais do nosso País”, demonstrando senso de planejamento e execução do apoio logístico com excelência. Isso posto, evidencia a “competência do Estado-Maior Conjunto ao atingir a tão almejada interoperabilidade entre as Forças” (EMCFA, 2016, p. 2).

Outro fator positivo foi o trabalho conjunto com militares de outros países, estabelecendo a Joint Task Force Haiti (JTF-H). Durante o socorro às vítimas do terremoto, vários países, com destaque ao Japão, ressaltaram a importância da manutenção das “relações de confiança e profissionalismo, tanto institucionais quanto pessoais, com exércitos de nações amigas”. Ou seja, as operações

conjuntas potencializaram a projeção internacional do Exército Brasileiro e, por consequência, do Brasil, (LIMA, 2017, p. 64).

As Operações realizadas sob a égide das Nações Unidas possuem a característica de cooperação entre os exércitos. Os Estados-Maiores são compostos por militares de diversos países, proporcionando uma integração funcional. Assim, devido à atuação competente dos militares brasileiros no auxílio à tomada de decisão, dentro das atividades da MINUSTAH, podemos afirmar que o Brasil saiu fortalecido no cenário internacional que compreende as operações militares internacionais.

Quando lembramos que o Brasil se fez presente dentro do Estado-Maior da MINUSTAH e, ampliando responsabilidades, comandando a missão, fica evidente o prestígio conquistado pelo país dentro dos anseios da política internacional, pois na visão da ONU, a MINUSTAH obteve um grande sucesso no Haiti.

A tarefa principal da MINUSTAH estava direcionada para a “redução da violência nas diversas comunidades haitianas, com especial atenção às pessoas deslocadas pelo terremoto de 2010, às mulheres e aos jovens em situação de risco, e o fortalecimento das instituições políticas do Haiti”, tudo isso convergindo para a melhora da governabilidade e a promoção do estado de direito em todos os níveis. (UNITED NATIONS, 2016, apud LIMA, 2017, p.37).

No viés da assistência humanitária, o Exército Brasileiro, no pós 12 de janeiro de 2010, “incrementou o prestígio regional do Brasil, sempre valorizando o multilateralismo e o respeito ao Direito Internacional”, cooperando para o fortalecimento da Política Exterior em suggestionar o Brasil para uma futura eleição a membro permanente do CSNU e, também, “da participação brasileira em outras missões de paz ou de ajuda humanitária internacional” (LIMA, 2017, p. 65).

Realmente, a atuação do Brasil nos anos de 2010 a 2012 dentro da MINUSTAH, foi imprescindível para a diminuição dos graves problemas estruturantes ocasionados pelo terremoto. A rápida resposta das tropas em gerenciar a crise, o rápido envio do governo brasileiro de mais um Batalhão para ajudar na situação calamitosa e as inovadoras soluções que os militares de engenharia criaram para ajudar a reerguer o Haiti, ajustando os conhecimentos de engenharia com o material encontrado naquele país, passando esse conhecimento, sem custos, ao povo haitiano, tornaram o Brasil um solucionador de problemas, sendo protagonista entre os países participantes.

Segundo Lessa (2207, p. 40), vários foram os ensinamentos colhidos pela Força Terrestre durante as Operações de Manutenção da Paz pela Força Terrestre, dentre elas a MINUSTAH, difundidos pelo Centro de Operações Terrestres (COTER). Dentre eles, foram destacados:

[...] ensinamentos para o combate convencional e para as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como é o caso da experiência do emprego de blindados em ambiente urbano, obtida no Haiti.

[...] serviu de importante treinamento do planejamento logístico de grande envergadura, envolvendo a Marinha do Brasil e a Força Aérea, estreitando os laços entre as Forças Armadas e demonstrando a sua capacidade de mobilização em caso de conflito. [...] serviram para testar nossos sistemas integrados de comando e controle, dando a oportunidade para que pudéssemos descobrir e corrigir nossas deficiências.

A participação [...] como instrumento da Política Externa Brasileira, gera motivo para maior atenção e interesse por parte do governo brasileiro e reforça a boa imagem da instituição perante a sociedade civil, o que ficou patente com a divulgação, em março de 2004, da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), quando o EB contou com 73% de aprovação.

Também voltado para a análise dos benefícios da missão, o Gen Div R1 Floriano Peixoto, destacou que o Exército Brasileiro obteve inúmeros ganhos durante a MINUSTAH, podendo enumerar:

[...] intercâmbio cultural e doutrinário com outras nações; grande aprendizado na área logística; teste de qualidade do equipamento militar brasileiro; aperfeiçoamento da capacidade expedicionária militar conjunta; aplicação, aperfeiçoamento e reformulação da doutrina militar brasileira; oportunidade de completar a formação dos oficiais e graduados em situação real; e projeção internacional do Brasil e de suas Forças Armadas (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 24).

O embaixador Ronaldo Mota Sardenberg sintetizou a participação do Brasil na MINUSTAH da seguinte forma:

Na esfera militar e policial, são apresentadas perspectivas que versam sobre:

- a) a experiência do componente militar e lições do pós-terremoto;
- b) a evolução do preparo de contingentes militares para as operações de paz;
- c) a pacificação de hot zones na área de Porto Príncipe pelo Batalhão brasileiro (BRABATT, da sigla em inglês) e lições aprendidas para futuras missões;
- d) a experiência do Comando de Operações Terrestres (COTer), do Exército Brasileiro, no preparo e emprego de tropas;
- e) a visão da marinha acerca da participação na MINUSTAH e o olhar para futuras missões; e
- f) a presença de policiais brasileiros na MINUSTAH e possibilidade de futuros engajamentos.

Em outras áreas importantes, registrem-se:

- a) a percepção e atuação do Congresso Nacional em assunto atinente às operações de paz;
- b) o ponto de vista da academia brasileira acerca do que aconteceu na MINUSTAH e o que pode vir pela frente;

- c) a relação do BRABATT com a agenda de mulheres, paz e segurança, ressaltando o aprendizado da MINUSTAH e o legado para o contexto nacional e para outras missões da ONU;
- d) a responsabilidade civil e criminal dos peacekeepers brasileiros;
- e) a visão do Viva Rio e a relação com o BRABATT e outros brasileiros que atuam no Haiti, com vistas a avaliar o que foi aprendido e o que pode ser replicado em outros contextos; e
- f) o papel da música nas operações militares brasileiras em geral e como ela foi utilizada nas atividades do BRABATT/ MINUSTAH. (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 5)

O Embaixador ainda destacou que, do ângulo brasileiro, pode-se afirmar que a MINUSTAH foi a “mais importante contribuição do País na história da ONU”. Em regime de rotatividade, foram enviados ao Haiti mais de 37.000 soldados brasileiros, “número que por si só corresponde a um novo capítulo na história militar brasileira” (IBIDEM, p.6).

6.2 POSSÍVEIS ÓBICES

Nas operações militares, como em qualquer outra área, podem-se enumerar vários pontos positivos e outras tantas oportunidades de melhoria. Na MINUSTAH não foi diferente. O Brasil assumiu o comando da missão, correndo grandes riscos, pois a missão era muito complexa. Assim, algumas considerações devem ser levantadas, visando promover a discussão sobre como melhorar o emprego do Exército Brasileiro, inserido no pacote de ações da política externa nacional, para o cumprimento das missões sob a égide das Nações Unidas.

Inicialmente, destacamos a mudança das regras de conduta ou regras de engajamento, ocorridas no início da missão. A preparação de um contingente para as missões internacionais pressupõe fixação do “*modus operandi*”⁵⁶ para as ações da tropa. O treinamento se caracteriza pela repetição das ações, até a automatização, visando diminuir os erros de interpretação, os danos colaterais à população e os danos à imagem do país, por possível conduta equivocada de um indivíduo ou fração. Assim, começar na missão sem ter a certeza das condições a serem enfrentadas pela tropa, mesmo havendo uma Força Internacional no Haiti, foi um risco desnecessário.

Nesse sentido, Aguilar (2015, p. 132) menciona que “ao participar de operações onde ocorrem mudanças rápidas no ambiente e nos mandatos, as

⁵⁶ Expressão em latim que significa “modo de operação”.

tropas brasileiras podem se envolver em situações cujo resultado pode trazer prejuízo para a imagem do país perante a sociedade internacional”. Com isso, o autor sinaliza que ao tentar receber vantagens políticas com o emprego de tropas numa operação internacional, o país pode ser surpreendido com possíveis insucessos que minariam o suposto triunfo que a política externa havia proposto.

O mesmo autor discorre um pouco mais sobre esse tema:

Algumas operações têm a proteção de civis como uma das atividades para cumprimento do mandato. Em outras, a proteção é o objetivo principal da operação, podendo necessitar de ações ofensivas, aumentando a possibilidade de perda de vidas (das tropas da ONU, dos grupos envolvidos e de civis do Estado hospedeiro) e danos à propriedade. Ao enviar uma força armada para integrar esse tipo de operação deve-se observar a necessidade de dotar essa força de capacidade para realizar as atividades previstas. Se o Brasil integra uma operação com mandato mais intrusivo, deve acompanhar e influenciar na confecção das diretrizes e regras de engajamento de modo que determinem claramente o significado de “proteger civis” ou de “todos os meios necessários” e qual sua dimensão no espaço. Isso para evitar, ou ao menos diminuir a possibilidade de implicações jurídicas para a tropa, tanto no sentido de não conseguir cumprir a missão de “proteger” como no caso do uso da força excessiva para poder cumprir essa missão, com consequências para o país (AGUILAR, 2015, p. 132 e 133).

Com uma possível ambição de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU e projetar do país no cenário mundial, o Brasil “não se deu conta de que teria que fazer o papel de polícia, para o qual as Forças Armadas em princípio não estavam preparadas. Ao longo do tempo, entretanto, parte desse mal foi sanado às custas de muitas críticas”, quando da chegada ao conhecimento da mídia sobre alguns incidentes verificados entre os soldados e a população. Outro ponto a ser destacado foi à ingenuidade do país em acreditar que toda a ajuda prometida pelos diversos atores internacionais seria realmente repassada, tanto no que tange os recursos humanos como aos financeiros, suggestionando uma falsa ideia de que a participação do país na MINUSTAH seria breve e com sucesso garantido. (MIYAMOTO, 2008. p. 382)

Para Campos, citado por Miyamoto (2008, 390) algumas críticas à MINUSTAH foram apresentadas por organizações haitianas, como as que seguem abaixo:

Em visita ao Congresso Brasileiro, participando de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 17 de junho de 2009, representantes da Papda (Plataforma Haitiana em Defesa de um Desenvolvimento Alternativo), da Solidariedade das Mulheres Haitianas, da Central Sindical e Popular Batay Ouvriyer, não economizaram críticas à intervenção, qualificando-a como um fracasso. Entre os problemas

levantados foram mencionados o aumento da violência civil, do tráfico de drogas, exploração da mão-de-obra infantil e de seqüestros inexistentes antes de 2004.

Para o Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas, um aspecto que merece atenção é o entendimento das ONG, direcionadas para assistência humanitária, sobre o fornecimento água, comida, medicamentos, tratamento de saúde, etc., diretamente pelos contingentes da Força militar. Algumas dessas organizações, além de alguns especialistas do tema, alertam que a “Força militar não deve se envolver diretamente no fornecimento de ajuda humanitária, dedicando-se exclusivamente às tarefas de segurança”. Para o Contra-Almirante, tais teses merecem certa atenção por terem coerência e sensatez, porém vale a percepção de que algumas instituições e indivíduos buscam manter seus nichos específicos. Pelo lado militar, entende-se ser fundamental a participação das forças militares nas ações de apoio da população, principalmente pelo fato de que várias “promessas de ajuda não vinham sendo cumpridas”. Essas divergências foram solucionadas no Haiti quando as ONGs e as tropas trabalharam juntas, “permitindo assim um clima de maior entendimento e cooperação entre estes dois setores (militar e humanitário), que seriam fundamentais para o sucesso da missão”. (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 41 e 42).

Outro fator de desgaste durante a MINUSTAH foi à questão orçamentária. Com custos cada vez mais elevados, já que os recursos destinados pela ONU eram insuficientes para cobrir os soldos dos militares, obrigando o governo brasileiro a complementá-los. Do início da missão até junho de 2009, o Brasil custeou cerca de R\$ 577 milhões, 40% reembolsados pelas Nações Unidas (MIYAMOTO, 2008. p. 383).

Diniz (2005), também explorou o problema orçamentário da missão, “uma vez que não existem verbas específicas para operações dessa natureza, sendo necessário que recursos sejam aprovados especialmente pelo Legislativo”. Miyamoto (2008, p. 389) registrou que em “épocas de contenção de recursos - de contingenciamento financeiro - este fato pode se tornar um problema cada vez maior para ampliar a atuação do país no cenário global”.

Realmente, a questão orçamentária se torna fundamental para missões de manutenção da paz. Ao Brasil, torna-se necessário a participação nas operações internacionais, pois tais missões projetam o poder nacional, sugerindo a obtenção de

ganhos futuros nos campos político, econômico, de ciência e tecnologia e militar. Além disso, as tropas nacionais precisam participar ativamente dessas operações, pois a expertise inserida na complexidade da atividade, somada a evolução doutrinária desenvolvida e a interação com os outros exércitos, melhoram sobremaneira a qualidade e a capacidade das Forças Armadas Brasileiras.

Entretanto, em meios a escândalos, corrupção, problemas sociais, crises econômicas e falta de políticas públicas voltadas para a defesa nacional, reservar uma fatia do orçamento às operações de paz não é tarefa fácil. Na atualidade, a política está voltada para setores básicos de sobrevivência da população, devido à inabilidade dos governos em pensar em projeto de país, em detrimento a seus interesses pessoais ou de grupos específicos. O Brasil precisa evoluir para compreender os benefícios das operações internacionais. Essa evolução deverá ser conduzida pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério das Relações Exteriores, sempre em conjunto.

Citado por Lessa (2007, p. 51 e 52), o Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) Antônio Rafael Siqueira Campos, do Departamento de Política e Estratégia (DPE), da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI) do Ministério da Defesa (MD), em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), durante as atividades do 6º Ciclo de Estudos Estratégicos, no mês de junho de 2006, genericamente, apresentou as seguintes desvantagens das missões de paz:

- Qualquer insucesso da missão pode comprometer a credibilidade militar do País;
- Reduz disponibilidade de forças de pronto emprego no território nacional;

- Prioriza recursos para atividades de operações de paz;
- Desvio de recursos da atividade-fim;
- Possibilidade sempre presente de baixas;
- Apenas parte do efetivo participa;
- Maior desgaste do material.

Em resumo, os óbices levantados sobre a missão passam pela mudança das condições do mandato durante a missão em curso, as operações serem tipicamente de policiamento ostensivo, acusações de organizações haitianas sobre incidentes ocorridos entre as tropas integrantes da MINUSTAH e a população local, divergências durante o apoio humanitário entre ONGs e militares, problemas orçamentários, possibilidade de algum incidente das tropas nacionais causarem desgaste na projeção de poder visualizado pelo governo brasileiro, além dos

possíveis desvios dos militares para o Haiti, em detrimento aos problemas de segurança encontrados no Brasil. Entretanto, o risco iminente de perda de vidas brasileiras durante a missão, como ocorreu no terremoto e em outras situações peculiares (não sendo em combate), era visto pela sociedade como o principal aspecto negativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Externa Brasileira tem por missão principal garantir os interesses nacionais para além-fronteiras. Muitas vezes, os objetivos nacionais se cruzam com problemáticas militares. Nesse instante, os soldados tornam-se as ferramentas primordiais dos diplomatas no cenário internacional.

Em síntese, o Brasil participou da MINUSTAH atendendo aos interesses do governo vigente a época. Tais propósitos buscavam maior projeção do país no cenário mundial, sendo que, ao final de 13 anos, a missão foi encerrada com inúmeros aspectos positivos e algumas oportunidades de melhoria.

Podemos inferir que, dentro das pretensões do Brasil na Missão de Paz no Haiti, a mais impactante estava ligada a aspiração do país em possuir o poder de veto, conjuntamente aos países com assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mesmo com os inúmeros elogios ao contingente brasileiro durante a missão, tal pretensão não teve o fim esperado até o momento.

Nesse contexto, destacamos a seguinte consideração:

[...para se] obter ou não a vaga do Conselho de Segurança, em uma possível reestruturação do mesmo, a percepção que se tem é que para a diplomacia brasileira, para aumentar o peso do país no cenário internacional há necessidade de que uma série de elementos precisa ser preenchida, levando em conta a relação custos e benefícios. A presença em operações internacionais é uma delas, inclusive por se tratar do maior país do continente latino-americano. Entretanto, deve-se considerar que apenas o aumento da presença brasileira nesse tipo de intervenção é condição insuficiente para garantir o assento tão pretendido no Conselho de Segurança. (MIYAMOTO, 2008. p. 392)

Outro aspecto que tratamos nesse trabalho está ligado aos princípios elencados pelo Brasil para emoldurar a justificativa de intervenção do país em outro Estado-Nação, dentro da égide das Nações Unidas. O Brasil sustentou as intenções de participar da missão considerando os interesses da Política Externa Brasileira, direcionadas ao multilateralismo, não-indiferença, auto-determinação dos povos, respeito a soberania, entre outros. Logo, mesmo havendo debates acalorados durante a iminência de autorizar o envio de tropas ao Haiti, não se pode dizer que a decisão não estava fundamentada dentro dos preceitos regidos pela Constituição Federal do Brasil.

Para De Araújo (2015, p. 80 e 81), seguindo as premissas deste autor, o assunto recebeu o seguinte tratamento:

A participação brasileira, seja do ponto de vista diplomático, seja em sua atuação pragmática nas operações de paz da ONU no Haiti, se configura como um dos principais casos da atuação brasileira em Estados conturbados por conflitos. Assim, as participações do Brasil nestas operações de paz abrem espaços para linhas reflexivas sobre as tomadas de decisões do Estado brasileiro e suas posições políticas no CSNU. As posturas do Brasil sobre as operações de paz no Haiti estiveram pautadas pelos princípios que regem a PEB no meio internacional, tais como: a ênfase no multilateralismo, autodeterminação dos povos, respeito à soberania, ênfase no desenvolvimento das sociedades pós-conflito e repúdio as violações aos direitos humanos.

Outras controvérsias apareceram, por vezes conflitando o entendimento sobre as amarras de capítulos da Carta das Nações Unidas que nortearam os mandatos da missão, por vezes buscando interpretações diversas no confronto dos princípios da não-intervenção e da não-indiferença. Todas as divergências proporcionaram ao país uma discussão profunda de cunho benéfico sobre as bases que sustentam a Política Externa Brasileira, abrindo também, espaço para o exame da política de defesa nacional.

No que tange às evoluções dos mandatos da ONU durante a missão, dentro da perspectiva de que o Brasil possui, na atualidade, um Centro de excelência em treinamento e avaliação de missões de Paz para civis e militares, pode-se afirmar que a premissa desenvolvida por Aguilar (2015, p. 135), quanto o tema, expresso abaixo, são de grande relevância:

A tendência atual de alterações nos mandatos e da realização de ações ofensivas indica a necessidade de que a tropa a ser enviada receba o treinamento para operações de não guerra e de guerra, e para uma transição rápida de uma forma para outra. O inverso também pode acontecer. A tropa brasileira na MINUSTAH iniciou a operação com um mandato impositivo, empreendendo ações armadas para pacificar várias favelas da capital haitiana para, em seguida, junto com a manutenção da segurança, realizar o que se denomina no Brasil “ações cívico-sociais”. Com o terremoto de 2010, a tropa teve que fazer uma rápida adaptação focando na assistência humanitária.

Conclui-se também, que o desejo do Brasil de estar mais ativo na agenda internacional, como visto durante o Governo Lula, pressupõe uma imersão maior nas operações de paz pelo mundo, inclusive em ações com risco de morte mais acentuado, como nos atuais conflitos no Oriente Médio e na África. Como consequência, o esforço para manter reservas financeiros deve ser uma realidade, pois o Brasil necessitará de um orçamento especial visando seus objetivos nacionais dentro e fora do país.

Tal questão canaliza a discussão de que, mantendo uma Força Armada pronta em equipamentos e recursos humanos, visando exercer atividades em qualquer parte do mundo, o país estará se consolidando como potência da América Latina. Essa estratégia pode ir além, pois proporciona aos militares brasileiros o adestramento adequado para atuar como força de dissuasão, com prováveis reflexos para o interior do país, quando deverá atuar, de forma conjunta com as forças de segurança, na pacificação da ordem interna do Brasil.

Para Mendonça, algumas razões para o sucesso da MINUSTAH “chamam a atenção por serem mais visíveis, palpáveis e específicas da característica do soldado brasileiro. Podemos elencar como fatores desse sucesso”, de forma resumida:

[...] a forte identificação étnico-social entre Brasil e Haiti; a similaridade com os problemas de segurança pública; capacidade operacional da tropa; metodologia de planejamento de Estado-Maior; emprego do Destacamento de Operações de Paz e Destacamento de Operações Psicológicas; elevada capacidade de pronta resposta da tropa; capacidade de improviso do soldado brasileiro; boa estrutura de Comando e Controle; adequado suporte em meios e materiais, emprego da massa nas ações críticas; emprego adequado da inteligência operacional; busca constante do apoio da opinião pública; treinamento vocacionado para a pior hipótese; Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) como centro de excelência e multiplicador de conhecimento; metodologia de treinamento; apoio marcante da Engenharia XFDGria Militar Brasileira na reconstrução do país; ênfase nas ações humanitárias; eficiência do apoio logístico; recursos financeiros específicos; os cuidados com a desmobilização física, mental, psicológica e patológica da tropa e ação precisa e competente da MINUSTAH (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 63 a 65).

Podemos considerar ainda, de modo geral, que os óbices levantados nesse trabalho possuem aspectos relevantes, mas não traduzem uma situação impeditiva de participação em outras missões de mesma natureza.

Cada aspecto negativo citado aqui ou em qualquer outro trabalho registrado na academia brasileira, precisa ser compilado e exaustivamente analisado, a fim de servir de subsídio para um completo e realista gerenciamento de risco, visando manter o país em condições melhores para proporcionar segurança jurídica ao governo e aos militares brasileiros, além de “exportar” confiança aos organismos internacionais e à população que entrará em contato com nossas tropas, para o bem das intenções do Brasil e em consonância com a ordem mundial.

Quando foi iniciado este trabalho, a hipótese levantada direcionava que o Exército Brasileiro teria sido empregado no Haiti com o objetivo de ampliar a atuação militar do país na América Latina, dentro do escopo da Política Externa Brasileira,

visando a obter mais protagonismo nas missões da ONU, com o intuito de buscar apoio internacional para a reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, com isso, uma futura indicação para ser membro permanente desse Conselho.

Ao final do trabalho, quando observado a relação entre o governo brasileiro e a ONU, os achados confirmaram a hipótese de pesquisa, colocando o Exército Brasileiro como o ator fundamental da estratégia brasileira para a MINUSTAH. Quanto à indicação do Brasil para ser membro permanente do CSNU, só o futuro poderá responder tal pretensão.

Por fim, vale destacar que a MINUSTAH proporcionou ao país uma experiência única, pois enalteceu o Brasil no cenário mundial e despertou o debate dentro da Nação sobre os assuntos ligados a Política de Defesa Nacional.

LIZANDRO FARENCENA CAPELETO – Maj Inf
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

8 REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação** (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.

_____. **Informação e documentação – citações em documentos – apresentação** (ABNT NBR 10520:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002b. 7 p.

_____. **Informação e documentação – referências – elaboração** (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 24 p.

_____. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação** (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana-Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, 2015. p. 113-141.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: A diplomacia brasileira no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 332 p.

ALMEDA JUNIOR, Idunalvo Mariano de. **A ATUAÇÃO BRASILEIRA NO CASO HAITIANO: SUA LEGITIMIDADE E CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOBERANIA DOS ENVOLVIDOS**. 2016. 158 p. Dissertação [Curso de Pós-graduação Strictu Senso (IMM) em ciências Militares] - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

AMORIM, Celso. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Ipea, 2014.

AMORIM, Ministro Celso. **DEFESA NACIONAL E PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO**. 2012. Revista Política Hoje, Vol. 21, n. 2, 2012. P. 330 a 349. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3782>>. Acesso em: 16 maio 2018.

ARRAIS, Gerson Santana. **Missões de Paz no Haiti - mera presença militar ou ação humanitária?** Editora Baraúna, 2013.

BARBALHO, Fabiana Pereira. **A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: ATUAÇÃO DO CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE**. 2014. 126 p. Dissertação (Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) para a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, Goiânia - GO, 2014.

BARBOSA, Luísa Calvete Portela . **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**: criação, projeção e dimensão político-estratégica. 2015. 195 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116730>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 Mar 2018.

_____. EMCFA. **Projeto Seta**. Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas em Operações de Paz da ONU (Rev. 2). Brasília, DF, 2016, 453 p.

_____. Exército. **Portaria N° 090**, de 23 de fevereiro de 2005. Dispõe da criação do Centro de Instrução de Operações de Paz.

_____. Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 41 – DECEX, de 30 de abril de 2012. **Aprova as Instruções Reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução** (EB60-IR-57.002). Rio de Janeiro: DECEX. 2012. 48 p.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME** – manual (ME 21-259). Rio de Janeiro: ECEME, 2012, 36 p., il., 30 cm.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Pub ME 21 - 253. **Manual Escolar Formatação de Trabalhos Científicos**. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Pub ME 21 – 259. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, v. 10, 1999.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria N° 952**, de 15 de junho de 2010. Dispõe sobre a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

_____. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Presidência da República. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília/São Paulo: UnB/Ipri/Impr, 2002.

CERVO, Amado Luiz et al. (Org.). **O Desafio Internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. 1994. ed. Brasília, DF: UnB, 1994. 359 p.

CARDOSO, Helvisney dos Reis. **ANÁLISE DO ACEITE DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI PELO CONGRESSO BRASILEIRO**. 2015. 22 p. Artigo (Caderno de Relações Internacionais, v.8, n.1) - PUC Rio, Rio de Janeiro, 2015.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da crise à MINUSTAH**. Dissertação (Curso de Mestrado em Relações Internacionais) para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

COSTA, Antônio Fernando Gomes da **Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografias**. Rio de Janeiro: UNITEC, 1998. 2 ed. p. 222.

COSTA, Júlio César Franco da. **CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A SEGURANÇA, DEFESA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**. 2015. 72 p. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015.

DEFESANET. **Forças Armadas Brasileiras no Haiti**. Especial. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DE ARAÚJO, Wemblley Lucena. A Diplomacia Brasileira no Conselho de Segurança da ONU: discussões políticas sobre as operações de paz da ONU no Estado haitiano. **Brasiliana-Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, p. 56-86, 2015.

DE MELO ROSA, Renata; DE CARVALHO, Amanda Sanches Daltro. O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso? 10.5102/uri.v9i1.1388. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 9, n. 1, 2011.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e a MINUSTAH. **Security and Defense Studies Review**, v. 5, n. 1, p. 90-108, 2005.

_____. O Brasil e as Operações de Paz. **Relações Internacionais do Brasil – Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, v. 2, p. 303-337, 2006.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel; MATOS, Morgana Aparecida de. **Introdução às relações internacionais**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses** – da redação científica à apresentação do texto final. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011. p 304.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Contraponto, 2007. 336 p.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Org.). **Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Especial. ed. (coletânea de arquivos) Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 2017. 121 p.

HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais no pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

HIRST, Monica. **Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações internacionais:** conceitos básicos e aspectos teóricos. Porto Alegre, RS. Maio 2015. Disponível no site <www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>. Acesso em 20 Mar 2018.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).** 2007. Tese de Doutorado.

LIMA, Moacir Mendonça. **A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (EB) NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI, NO PÓS-TERREMOTO:** contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política externa do Brasil. 2017. 73p. Dissertação [Curso de Pós-graduação em ciências Militares] - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MENDONÇA, M. V. Brasil no Haiti, um caso de sucesso. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH.** A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Rio de Janeiro: Instituto Igarapé (Edição especial: coletânea de artigos), 2017. p. 58-65.

MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de segurança internacional. GOMEZ, José Maria (comp.). América Latina y el (des) orden global neoliberal. Rio de Janeiro: **Clacso**, p. 131-149, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa Brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 98, p. 361-394, 2008.

OLIVEIRA, Gabriel. **O Brasil e as forças de paz ONU no Haiti: Minustah.** 2016. Disponível em: <<https://gosoliveira.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil:** temas e agenda. São Paulo: Saraiva, 2012. 368 p. v. 1.

ONU. **A Carta das Nações Unidas.** 1945 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>. Acesso em: 05 Jun 2018.

_____. **A história da Organização**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 05 Jun 2018

_____. PNUD. (2015). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Site do PNUD. Disponível em www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html. Acesso em 17 Mar 2018.

_____. **Security Council Resolution 1542 (2004)**. Adopted by the Security Council at its 7961th meeting, on 30 April 2004. 2004.

PAIXÃO, Guilherme Stolle et al. A Política Externa interina e os riscos à integração regional. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 81-93, 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 2012.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da (1 de Dezembro de 2009). **Política externa e política de defesa no Brasil: Civis e militares, prioridades e a participação em missões de paz**. Disponível em journals.openedition.org/eces/359. Acesso em 17 Mar 2018

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. **As ações do Exército Brasileiro em apoio Política Externa Brasileira voltada para a África Subsaariana**. 162 p. Tese de Doutorado (Doutor em Ciências Militares) - Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil e suas relações internacionais. **Carta Internacional**, v. 2, n. 1, 2007.

SILVEIRA, Joel. **II Guerra Mundial: momentos críticos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: a Política Externa Brasileira de FHC a LULA**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **A Política Brasileira para as Operações de Paz e Intervenções Humanitárias: Normas, Ética e Regionalização no Envolvimento Brasileiro na MINUSTAH**. 2010. Tese de Doutorado. Master Thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília. FUNAG. 2010.

VALENÇA, Marcelo M. Política Externa Brasileira e Multilateralismo: o que esperar do novo governo. **Cadernos Adenauer XVII**, n. 4, 2016.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A Minustah e a Política Externa Brasileira: Motivações e Consequências**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, UFSM. Santa Maria: UFSM, 2008.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco. **Histórias das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014. 141 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 136 p.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.